

CT. GFC. 443/2020

03 de outubro de 2020


Sr.
Wilson Vitorino de Souza
Representante Legal
PLURI SERVIÇOS LTDA
RUA FREI GASPAR, Nº 414 – MOOCA
SÃO PAULO / SP
CEP 03164-100

Assunto: CONTRATO Nº 013220306100 – Designação de Gestor


Comunicamos a V.Sa. que o Sr. Vagner Rodrigues, Gerente Geral de Operação – GOO, telefone (11) 2662-6536, será o responsável pela gestão do contrato em referência.

Sua função será a de coordenar os trabalhos, servindo de ligação entre V.Sa. e esta Companhia na administração de problemas, tomando decisões técnicas e administrativas, dentro dos limites contratuais.

Atenciosamente,



SANDRA REGINA MATOS BORGES
Gerente de Contratações e Compras



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL E LIMPEZA DE TRENS ENTRE VIAGENS (LEV) DE TRENS-UNIDADE, INCLUSO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, NAS LINHAS 7 - RUBI E 10 - TURQUESA DA CPTM, QUE ENTRE SI, FAZEM A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM E PLURI SERVIÇOS LTDA.

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 71.832.679/0001-23, Inscrição Estadual nº 113.898.614-110, com sede em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista, nº 185, doravante denominada simplesmente **CPTM**, por seus representantes legais ao final qualificados, e, de outro, a empresa **PLURI SERVIÇOS LTDA**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 49.953.581/0001-75, com sede na Rua Frei Gaspar, nº 414, na cidade de São Paulo - SP, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por seus representantes legais ao final qualificados, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – **CPTM**, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dos artigos 89 a 99 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, das normas internas específicas da **CPTM** e do Código de Conduta e Integridade e Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da **CPTM**, pelas condições constantes do edital e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, nas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

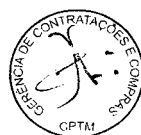
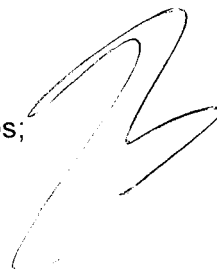
1. OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente contrato a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL E LIMPEZA DE TRENS ENTRE VIAGENS (LEV) DE TRENS-UNIDADE, INCLUSO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, NAS LINHAS 7 - RUBI E 10 - TURQUESA DA CPTM.**
- 1.2 A presente contratação, para fins de informação à Receita Federal do Brasil, não envolve transferência de tecnologia à **CPTM**.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 2.1 Para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento todos os documentos do edital do Pregão Eletrônico nº 0132203061, bem como os seguintes:

Anexo I Condições Gerais para Contratação;
Anexo II Proposta da **CONTRATADA**;
Anexo III Planilha de Quantidades e Preços Propostos;



Anexo IV Relação/Lista de Empregados para Atendimento ao Decreto Estadual nº 55.126/2009;

Anexo V Cópia da Declaração de Ciência e Responsabilidade; e

Anexo VI Termo de Ciência e de Notificação.

- 2.2 No caso de divergências entre o contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste contrato.
- 2.3 Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.
- 2.4 No caso de divergência entre os anexos e a Proposta da **CONTRATADA** prevalecerão os documentos da **CPTM**.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1 Os serviços objeto do presente contrato serão executados sob o regime de **empreitada por preço unitário**.

4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1 Os serviços deverão ser executados estritamente em conformidade com as condições pormenorizadamente definidas e especificadas neste contrato e no Edital do Pregão Eletrônico nº 0132203061, integrante deste instrumento para todos os fins e efeitos legais.

4.1.1 A execução dos serviços iniciar-se-á a partir da data de início estabelecida na Ordem de Serviço – OS.

4.1.2 Todos os elementos técnicos e informações relativas aos serviços contratados são de exclusiva propriedade da **CPTM** e deverão ser devolvidos findo o presente contrato, não podendo seu conteúdo ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa e escrita da **CPTM**, sob pena de responder a **CONTRATADA** por perdas e danos.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E DE VIGÊNCIA

- 5.1 O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura.
- 5.2 O prazo de execução do objeto contratual é de **30 (trinta) meses**, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela **CPTM** em até 15 (quinze) dias da data da assinatura do contrato, podendo ser renovado até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante a formalização de termo de aditamento.
- 5.3 A inobservância do prazo de execução estipulado nesta cláusula somente será admitida pela **CPTM**, quando fundamentada nos motivos de força maior nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro ou por motivos imputáveis à **CPTM**, os quais deverão ser comprovados sob pena de a **CONTRATADA** incorrer nas penalidades estipuladas neste contrato.
- 5.4 A hipótese de que trata o subitem anterior somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da **CONTRATADA**, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ocorrência do fato gerador do atraso e desde que aceita, também por escrito, pela **CPTM**.

- 5.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 5.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na **CPTM**.
- 5.7 Na hipótese de a publicação do ato ocorrer em dia não útil, será considerado publicado o primeiro dia útil seguinte.

6. VALOR DO CONTRATO

- 6.1 As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de **R\$ 51.869.967,71 (cinquenta e um milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta e um centavos)**, referente ao **LOTE 01** da licitação que originou este contrato.
- 6.1.1 O mês-base dos preços será **JANEIRO/2019**.
- 6.1.2 O valor definido nesta cláusula contempla toda mão de obra, materiais, equipamentos, instrumentos, transportes, acessórios, tributos, encargos, taxas, seguros cabíveis e todos os demais custos, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste instrumento contratual.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no **PTRES nº 379228, Natureza da Despesa nº 339037, Origem dos Recursos 004004004 - RAV nº 4688B/2020**.

8. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1 Os serviços objeto deste contrato serão apontados por medições mensais e entrega dos correspondentes relatórios, após a realização dos mesmos, conforme Cronograma Físico-Financeiro e Condições Gerais para Contratação, partes integrantes do presente instrumento.
- 8.2 A medição será realizada diretamente pela **CONTRATADA**, indicando as quantidades correspondentes aos serviços previstos e realizados, a data e o local onde os mesmos foram executados e o valor correspondente às atividades executadas no período abrangido pela mesma.
- 8.2.1 O valor do pagamento será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, incidindo-se sobre estes os percentuais correspondentes à avaliação da qualidade dos serviços prestados, nos termos dispostos no Anexo I - Condições Gerais para Contratação, e descontadas, ainda, as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pela **CPTM** por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, conforme cláusula específica.
- 8.3 A medição deverá ser numerada sequencialmente, discriminando o número deste contrato, o seu objeto e a Ordem de Serviço correspondente.

- 8.4 A medição deverá ser apresentada à **CPTM** até o 5º (quinto) dia útil, contado do último dia do período de adimplemento de cada parcela, mediante protocolo onde conste a data de sua entrega.
- 8.5 A **CPTM** terá o prazo de 03 (três) dias úteis para a conferência da medição e dos relatórios e a sua aprovação.
- 8.6 A medição não aprovada pela **CPTM** será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação para nova conferência.
- 8.7 A parcela não rejeitada seguirá o processamento normal, conforme estabelecido nesta cláusula.
- 8.8 A devolução da medição não aprovada pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.
- 8.9 Na hipótese de devolução da medição de forma indevida, a **CPTM** ressarcirá à **CONTRATADA** o valor da rejeição, acrescido de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore" desde a data de vencimento original até a do efetivo pagamento.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 A **CPTM** procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula.
- 9.1.1 Após a aprovação da medição, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, apresentar ao Departamento Fiscal – DFSF da **CPTM**, sito na Rua Boa Vista, 170 – 3º andar – Bloco 5 – São Paulo/SP, o(s) documento(s) fiscal(is) pertinentes à operação, dos quais deverão constar todos os tributos incidentes na fonte sobre a prestação dos serviços, conforme estabelecido na cláusula de tributos deste contrato.
- 9.1.2 No(s) documento(s) fiscal(is) deverá(ão) ser indicados o número do contrato, o período medido, o número da Ordem de Serviço – O.S., o número da medição e os locais de realização dos serviços. No processamento do pagamento, obedecerá a **CPTM** às disposições contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999.
- 9.1.3 O documento fiscal não aprovado pela **CPTM** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 9.1.1, a partir da data de sua reapresentação.
- 9.1.4 A devolução do documento fiscal não aprovado pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.
- 9.1.5 A **CPTM** efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota fiscal no DFSF, desde que aprovadas a medição e a nota fiscal, nos prazos estabelecidos nas cláusulas da medição e de pagamento deste contrato.

- 9.1.5.1 A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) deste contrato fica condicionada à inexistência de registro da **CONTRATADA** no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.
- 9.1.6 Na hipótese de ocorrer devolução da medição, conforme estabelecido na correspondente cláusula deste contrato, o prazo de pagamento será dilatado pelo número de dias contados entre a data de devolução e a(s) data(s) da nova apresentação.
- 9.1.7 Caso ocorra atraso no pagamento, por motivos imputáveis à **CPTM**, os valores devidos serão acrescidos de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore", desde a data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo:
- $VJM = VA \times (1,06)^{n/365}$** , onde:
VJM = Valor em atraso acrescido de juros moratórios
VA = Valor em atraso
n = Número de dias em atraso
- 9.1.8 Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que devidamente comprovados.
- 9.1.9 Os valores de eventuais reajustamentos de preços deverão ser indicados no corpo do documento fiscal e faturados separadamente do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo, bem como da cópia da publicação dos índices de preços que compõem a fórmula de reajuste.
- 9.1.10 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente, junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na forma do Decreto 62.867, de 03/10/2017, estando vedada a cobrança bancária.
- 9.1.11 A **CONTRATADA** deverá informar, por escrito, o tipo, o número da conta corrente, o número e o nome da agência de sua conta, em até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, por correspondência dirigida ao Departamento de Controle e Orçamento - DFFO da **CPTM**, na Rua Boa Vista, nº 175 – 2º andar – Bloco B – Centro – São Paulo/SP.
- 9.1.12 A **CPTM** poderá, sem prejuízo do disposto na cláusula DAS PENALIDADES, descontar dos pagamentos das faturas importâncias que, a qualquer título, forem-lhe devidas pela **CONTRATADA** em razão do presente contrato ou de qualquer outro celebrado entre a **CPTM** e a **CONTRATADA**.
- 9.1.13 Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA** contra a **CPTM** não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A **CPTM** não se obriga a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de Bancos ou empresas de "factoring".

- 9.1.14 A **CONTRATADA** dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a **CPTM**, pela efetivação do crédito em sua conta corrente.
- 9.1.15 Nos termos do artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e da Instrução Normativa MPS/SRP nº 971, de 13 de novembro de 2009, a **CPTM** reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, fatura, recibo ou documento fiscal equivalente, obrigando-se a recolher, em nome da **CONTRATADA**, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento fiscal, ou o próximo dia útil caso esse não o seja.
- 9.1.15.1 Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento fiscal equivalente, a **CONTRATADA** deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL".
- 9.1.15.2 Poderão ser deduzidos da base de cálculos da retenção os valores dos custos de fornecimento incorridos pela **CONTRATADA** a título de vale-transporte e de vale-refeição, nos termos da legislação própria. Tais parcelas deverão estar discriminadas no documento fiscal.
- 9.1.15.3 A falta de destaque do valor da retenção no documento fiscal impossibilitará a **CONTRATADA** de efetuar sua compensação junto ao INSS, ficando a critério da **CPTM** proceder à retenção e ao recolhimento devidos sobre o valor bruto do documento fiscal, ou devolvê-lo à **CONTRATADA**.
- 9.1.16 A **CPTM** emitirá uma GPS - Guia da Previdência Social específica para a **CONTRATADA**. Na hipótese de emissão, no mesmo mês, de mais de um documento fiscal pela **CONTRATADA**, a **CPTM** se reserva ao direito de consolidar o recolhimento dos valores retidos em uma Única Guia por estabelecimento.
- 9.1.17 Quando da apresentação da nota fiscal, fatura, recibo ou documento fiscal equivalente, a **CONTRATADA** deverá elaborar e entregar à **CPTM**:
- a) Cópia da folha de pagamento específica para os serviços realizados sob o contrato, identificando o número do contrato, a Unidade que o administra, relacionando respectivamente todos os segurados colocados à disposição desta e informando:
- Nomes dos segurados;
 - Cargo ou função;
 - Remuneração, discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não à incidência das contribuições previdenciárias;
 - Descontos legais;
 - Quantidade de quotas e valor pago a título de salário-família;
 - Totalização por rubrica e geral; e
 - Resumo geral consolidado da folha de pagamento.

b) Demonstrativo mensal assinado por seu representante legal, individualizado pela **CPTM**, com as seguintes informações:

- Nome e CNPJ da **CPTM**;
- Data de emissão do documento fiscal;
- Número do documento fiscal;
- Valor bruto, retenção e valor líquido (recebido) do documento fiscal; e
- Totalização dos valores e sua consolidação.

9.1.18 Por ocasião da apresentação à **CPTM** da nota fiscal, fatura, recibo ou documento fiscal equivalente, deverá ainda ser apresentada, pela **CONTRATADA**, prova do recolhimento mensal do FGTS por meio das guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP.

9.1.18.1 As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas, que deverão corresponder ao período de execução e por tomador de serviço (CPTM) são:

- a) Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo Conectividade Social;
- b) Guia de Recolhimento do FGTS - GRF, gerada e impressa pelo SEFIP após a transmissão do arquivo SEFIP, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;
- c) Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE; e
- d) Relação de Tomadores/Obras – RET.

9.1.19 O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN é devido no município que a prestação dos serviços estiver envolvida, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

9.1.19.1 Para os serviços prestados no município de São Paulo, conforme Lei Municipal de São Paulo nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, em especial no seu artigo 9º, parágrafo 2º, bem como do Decreto Municipal de São Paulo nº 45.540, de 29 de março de 2004, a **CPTM**, na qualidade de responsável tributária, deverá reter a quantia correspondente a 2% (dois por cento) do valor da nota fiscal, fatura, recibo ou documento fiscal equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da **CONTRATADA**.

9.1.19.1.1 Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento fiscal equivalente, a **CONTRATADA** deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS".



Considera-se preço dos serviços a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

9.1.19.1.2 O recolhimento da importância retida será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente aos serviços prestados, tomados ou intermediados de terceiros.

9.1.19.1.3 Para os serviços prestados nos demais municípios deverá ser verificada a respectiva alíquota do ISSQN vigente relativa aos serviços em questão.

9.1.20 Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura, do recibo ou do documento fiscal equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS e do ISSQN, quando for o caso, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a **CONTRATADA** apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

9.1.20.1 A não apresentação dessas comprovações assegura à **CPTM** o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

10. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, mediante a aplicação da seguinte fórmula, estabelecendo-se, **EXCETO para os serviços acessórios destacados na Planilha de Quantidades e Preços Propostos (itens relativos ao abastecimento de sanitários e ao controle de pragas e tratamento de piso)**, os limites dos valores referenciais publicados pelos Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados – CADTERC vigente à data da aplicação do reajuste:

$$R = P_0 \times [(IPC_i / IPC_0) - 1], \text{ onde:}$$

R = Parcela de Reajuste;

P_0 = Valor base do contrato no mês de aplicação do reajuste; e

IPC_i/IPC_0 = Variação do IPC-FIPE ocorrida entre o mês da data base da proposta e o mês de aplicação do reajuste.

- 10.2 A periodicidade anual para a aplicação do reajuste será contada a partir do mês base dos preços - **JANEIRO/2019**.
- 10.3 Na hipótese de até a emissão do documento de cobrança, não ter sido divulgada a variação do índice, o reajustamento será calculado, de forma provisória, por meio da aplicação do último índice conhecido.
- 10.4 Quando da publicação dos índices definitivos, a **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal e documento de cobrança referentes à diferença do reajuste, cujo pagamento deverá ocorrer a 10 (dez) dias da entrega desses documentos à **CPTM** ou na data de vencimento original, o que ocorrer depois.

- 10.5 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.
- 10.6 Na hipótese de ocorrer atraso em relação ao previsto no cronograma contratual, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, o reajuste referente à parcela em atraso será calculado somente até a data em que os serviços deveriam ter sido executados pelo cronograma em questão.

11. TRIBUTOS

- 11.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução encontram-se incluídos no preço do contrato, competindo à **CONTRATADA** apurá-los e recolhê-los, sem direito a reembolso. Na hipótese de fornecimento que implique à **CPTM** apurar e recolher o ICMS – DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA de que trata art. 117 do RICMS PAULISTA, a **CONTRATADA** desde logo autoriza que o pertinente valor seja deduzido/glosado de pagamentos subsequentes a ela efetuados.
- 11.2 A alíquota do ICMS, já inclusa no preço, será aquela vigente por ocasião do faturamento para a **CPTM**, correspondente ao respectivo Estado da Federação.
- 11.3 A **CPTM** se reserva o direito de solicitar à **CONTRATADA**, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.
- 11.4 Se durante o prazo de vigência deste contrato houver a alteração da alíquota dos tributos e demais encargos, ou a instituição de novos tributos que diretamente afetem os preços constantes deste contrato, os mesmos serão ajustados desde que devidamente comprovada a sua incidência e devidamente acordada entre as partes.
- 11.5 Caso haja majoração de tributos e esta esteja incluída na fatura, estando a **CONTRATADA** em atraso em relação ao prazo de execução dos serviços, por fatos de sua exclusiva responsabilidade, a **CPTM** responderá, unicamente, pelo valor do tributo da época em que o evento deveria ter sido realizado, devendo a **CONTRATADA** suportar o ônus dessa diferença.
- 11.6 A **CPTM**, quando for a responsável tributária e nessa qualidade, apurará e reterá os tributos devidos dos pagamentos que efetuar e os recolherá segundo a legislação vigente.
- 11.7 As notas fiscais serão emitidas com observância do prazo de recolhimento dos tributos incidentes na fonte. Na hipótese de a emissão se der após o prazo de recolhimento ou de forma ou tempo que não permita o tempestivo recolhimento dos tributos incidentes na fonte, a **CONTRATADA**, assume desde logo, a responsabilidade pelo pagamento dos correspondentes encargos moratórios.
- 11.8 A **CONTRATADA** deverá fazer constar em suas notas fiscais todos os tributos incidentes na fonte, com indicação de sua base de cálculo, alíquota e do montante apurado. Na hipótese de isenção ou outra ocorrência que venha a inibir a incidência tributária, a **CONTRATADA** deverá indicá-la no documento fiscal, acompanhada do devido fundamento legal.

- 11.9 Na ocorrência de divergência entre o valor do tributo informado na nota fiscal e o efetivamente apurado, retido e recolhido na fonte, a **CONTRATADA** desde logo reconhece e autoriza à **CPTM** a deduzir a diferença apurada no próprio ou em futuros pagamentos a ela efetuados, a qualquer título.
- 11.10 Quando se tratar de faturamento decorrente de serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços - ISS, retidos e recolhidos pela **CPTM**, a cobrança deverá ser efetuada por documentos fiscais individualizados, de acordo com o município em que é prestado o serviço.
- 11.11 A **CONTRATADA**, se permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISS, deverá tomar as providências previstas na legislação municipal pertinente para que ocorra seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, de modo a que o ISS indicado na nota fiscal corresponda exatamente ao valor a ser recolhido. Nestas providências incluem-se o prévio exame da fiscalização ou o cadastramento das notas fiscais de materiais em programas específicos de apuração de impostos municipais.
- 11.12 É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** quaisquer tributos e/ou encargos financeiros que venham a ser imputados a **CPTM**, em decorrência de incorreções de faturamento ou de situações que possam inibir a **CPTM** do cumprimento de suas obrigações tributárias, cabendo o respectivo ressarcimento.

12. GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

- 12.1 Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** apresentou garantia de adimplemento das condições estabelecidas neste instrumento, no valor de **R\$ 3.937.047,00 (três milhões, novecentos e trinta e sete mil e quarenta e sete reais)**, referente ao valor de **R\$ 2.593.498,38 (dois milhões, quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos)**, calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, somado ao valor de **R\$ 1.343.548,62 (um milhão, trezentos e quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos)**, equivalente ao valor da garantia adicional de que trata o subitem 7.13.3.3 do edital da licitação que originou este contrato, recolhida junto ao Departamento de Finanças da **CPTM**, a qual deverá ser atualizada sempre que houver reajustamento ou atualização dos preços do contrato.
- 12.1.1 A garantia estabelecida nesta cláusula pode ser prestada mediante caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à **CONTRATADA** optar por uma dessas modalidades, devendo os termos do seguro-garantia e/ou fiança bancária serem submetidos à prévia aprovação da **CPTM**.
- 12.1.2 A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ter seu valor expresso em REAL, com atualização automática de seu valor, na mesma época, índice, forma e periodicidade estabelecidos no item de Reajustamento de preços.
- 12.1.3 A garantia prestada em dinheiro deverá ser depositada diretamente na conta a ser indicada pelo Departamento de Finanças da **CPTM**, devendo a cópia do certificado de depósito ser entregue naquele departamento,

situado na Rua Boa Vista nº 175 – 4º andar – Bloco A – Centro – São Paulo/SP.

12.1.4 Independentemente da modalidade de garantia apresentada, esta deverá ser complementada, também, quando da eventual incidência de reajuste dos preços deste contrato, com base no mesmo índice de reajuste adotado, devendo o complemento ser apresentado até o 30º (trigésimo) dia do mês em que ocorrer a aplicação do reajuste.

12.1.4.1 Havendo deduções do valor da garantia, pela aplicação de eventuais multas, a **CONTRATADA** obriga-se a regularizar a garantia quanto à complementação até o valor estabelecido no subitem 12.1 supra, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da comunicação escrita da **CPTM**.

12.1.5 No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a **CONTRATADA** deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência de 10 (dez) dias úteis ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o término da vigência do contrato, ficando também explícita a renúncia do fiador ao direito expresso nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro.

12.1.6 Desde que cumpridas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada ou restituída no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo – TRD e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

12.1.7 A **CPTM** poderá fazer uso da garantia de execução contratual, para pagamento de indenizações, bem como das multas previstas neste instrumento e, não sendo esta suficiente, responderá a **CONTRATADA** pela diferença e pela garantia e/ou complementação da garantia a ser mantida, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

13. OBRIGAÇÕES DA CPTM

13.1 A **CPTM** se responsabiliza por:

13.1.1 Fornecer todas as informações necessárias e que estiverem disponíveis para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente contrato.

13.1.2 Notificar por escrito a **CONTRATADA**, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontrados na execução dos serviços.

13.1.3 Notificar por escrito a **CONTRATADA** da aplicação de eventual penalidade.

13.1.4 Proporcionar acesso adequado às instalações e a movimentação do pessoal e equipamentos da **CONTRATADA** nas dependências e instalações da **CPTM**, incluindo vestiários e instalações sanitárias, conforme as condições estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

13.1.4.1 A **CPTM**, mediante autorização escrita pelo gestor do contrato, franqueará o acesso do pessoal e dos equipamentos da **CONTRATADA** às suas dependências e ao sistema, quando necessário.

13.1.5 Viabilizar toda fiscalização necessária ao acompanhamento dos serviços.

13.1.6 Receber da **CONTRATADA** as comunicações registradas nos "Formulários de Ocorrências", devidamente preenchidos e assinados, encaminhando-os aos setores competentes para as providências cabíveis, naquilo que compete à CPTM, conforme as condições estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 A **CONTRATADA** se obriga a:

14.1.1 Preliminarmente ao início dos serviços, apresentar prova de inscrição no Cadastro dos Contribuintes Municipal expedida pelo Órgão competente da Prefeitura do Município onde está localizada a **CONTRATADA**, que demonstre a possibilidade de emissão das notas fiscais para os serviços ora contratados.

14.1.2 Dar início à execução dos serviços a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço - O.S. emitida pela **CPTM**.

14.1.3 Apresentar ao GESTOR do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço – OS, a lista dos empregados que ocuparão as vagas disponibilizadas com base no disposto no Decreto Estadual nº 55.126/2009, de acordo com modelo que constitui o Anexo IV deste instrumento contratual.

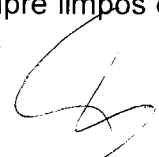
14.1.3.1 Caso na lista de empregados de que trata este subitem constem indivíduos portadores de necessidades especiais, deverá ser observado o disposto no artigo 12 do Decreto nº 55.126/2009.

14.1.4 Não alterar nenhuma especificação ou projeto sem prévia consulta e aprovação da **CPTM**.

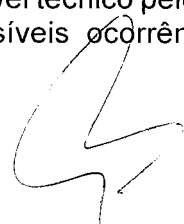
14.1.5 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto do contrato, conduzindo-os de modo eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.

14.1.6 Manter o local de execução dos serviços sempre em ordem e de acordo com as normas de segurança, preservando as integridades físicas dos empregados e demais profissionais autorizados para fiscalização destes.

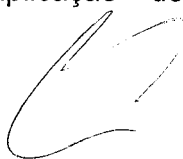

14.1.7 Conduzir os trabalhos em estrita observância às normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



- 14.1.8 Arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre este contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.
- 14.1.9 Considerar custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância.
- 14.1.10 Possuir quadro de empregados qualificados, com formação e conhecimentos específicos e compatíveis com os serviços especializados necessários para desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 14.1.11 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, fornecendo aos mesmos os EPIs necessários, devendo apresentar-se devidamente identificados com crachás.
- 14.1.12 Cientificar a **CPTM** o mais rapidamente possível, e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas por escrito, de qualquer ocorrência anormal que se verificar no decorrer dos trabalhos, dentro das responsabilidades descritas.
- 14.1.13 Paralisar, por determinação da **CPTM** ou seus prepostos, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com as especificações técnicas, projetos, normas regulamentadoras e a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 14.1.14 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à **CPTM**, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CPTM**.
- 14.1.15 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento.
- 14.1.16 Atender a todas as exigências contidas na Especificação Técnica relativa ao lote contratado.
- 14.1.17 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- 14.1.18 Designar por escrito, no ato do recebimento da Ordem de Serviço – O.S., o(s) preposto(s) e a indicação de responsável técnico pelos serviços, que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.

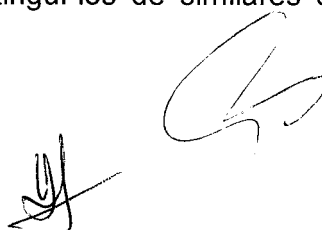


- 14.1.19 Encaminhar profissionais aptos e preparados para prestar os serviços, devidamente registrados em carteiras de trabalho.
- 14.1.20 Confiar os serviços a profissionais idôneos e habilitados, utilizando-se do mais alto nível da técnica atual.
- 14.1.21 Apresentar no mês subsequente ao mês da execução dos serviços à **CPTM** as guias de recolhimento pagas ao INSS e FGTS de seus funcionários empenhados na execução do objeto do presente contrato, nos termos das condições estabelecidas na cláusula de "Condições de Pagamento" deste instrumento.
- 14.1.22 Todo o transporte necessário referente à prestação de serviços, conforme previsto neste contrato, incluindo o transporte de pessoal, ferramentas, equipamentos, materiais, insumos, resíduos gerados resultantes de seus processos de limpeza realizados nos locais previstos, inclusive contaminantes, como também, pela sua correta destinação e descarte, conforme legislação ambiental, deverá ser de responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive encargos, embalagens e seguro.
- 14.1.23 Responsabilizar-se tecnicamente pela direção e execução dos serviços objeto deste instrumento, na forma da legislação em vigor.
- 14.1.24 O deslocamento do pessoal da **CONTRATADA**, dentro e fora do sistema **CPTM**, correrá exclusivamente às expensas da **CONTRATADA**.
- 14.1.25 Assumir toda a responsabilidade pelos ônus decorrentes das leis trabalhistas previdenciárias e encargos sociais.
- 14.1.26 Observar as recomendações técnicas e cumprir rigorosamente as normas internas da **CPTM**.
- 14.1.27 Facilitar a ampla ação da Fiscalização da **CPTM**, promovendo fácil acesso aos serviços em execução e atendendo prontamente às observações e exigências que forem apresentadas pela mesma.
- 14.1.28 Danos em instalações e equipamentos, perda e/ou furto de materiais, componentes e equipamentos de propriedade da **CPTM**, que estiverem sob a guarda da **CONTRATADA**, ou que sejam causados decorrentes da ação de empregados de responsabilidade da **CONTRATADA**, deverão ser ressarcidos à **CPTM** em espécie ou a preços concorrentes da época do evento.
- 14.1.29 Todos os resíduos e sucatas gerados especificamente pelas atividades de limpeza deverão sofrer a coleta e a devida destinação conforme legislação ambiental com transporte adequado, visando atender a preservação dos mananciais e do meio ambiente como um todo, seguindo na totalidade as recomendações contidas nas normas da ABNT e resoluções CONAMA pertinentes à legislação ambiental.
- 14.1.30 Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnicas e ambientais recomendadas, quando da realização de atividades com produtos químicos controlados e da aplicação de saneantes

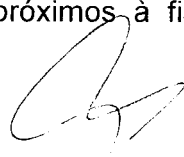


domissanitários, nas áreas contempladas no escopo dos trabalhos; quer seja em qualidade, em quantidade ou em destinação; atividades essas da inteira responsabilidade da **CONTRATADA** que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

- 14.1.31 Fica vetada à **CONTRATADA**, em qualquer hipótese, a utilização de instalações em áreas de propriedade da **CPTM** para serviços e/ou outras atividades que não sejam autorizadas pelo gestor do contrato.
- 14.1.32 Substituir, em caso de solicitação da **CPTM**, o profissional alocado no contrato, não qualificado ou entendido como inadequado para a prestação dos serviços, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação.
- 14.1.33 Cobrir eventuais ausências de empregados nos postos de sanitários públicos e de LEV, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos.
- 14.1.34 Ser responsável pelo estudo de todos os documentos e outros elementos fornecidos pela **CPTM** para a execução do objeto deste instrumento, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância dos mesmos.
- 14.1.35 Zelar no que lhe compete pelo correto encaminhamento das medições, faturas e demais documentos decorrentes do presente instrumento, aos endereços e destinatários indicados pela **CPTM**, de forma a evitar extravios que possam implicar em morosidade ou até suspensão dos compromissos e obrigações, por parte da **CPTM**. O aqui convencionado aplicar-se-á, entre outros, à responsabilidade definida neste instrumento.
- 14.1.36 A **CONTRATADA** será a única responsável por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados quando nas dependências da **CPTM** e no desempenho dos serviços relativos a este instrumento.
- 14.1.37 Providenciar, quando for necessário, o transporte, a assistência médica e pronto atendimento aos seus empregados que estiverem em serviço nas dependências da **CPTM**, arcando com todas as despesas decorrentes.
- 14.1.38 Assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados.
- 14.1.39 Refazer os serviços que forem considerados pela fiscalização da **CPTM** como mal executados, sem custos adicionais à **CPTM**.
- 14.1.40 Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar acidentes e danos à rede elétrica.
- 14.1.41 Identificar todos os equipamentos, ferramentais e utensílios de sua propriedade, de forma a distingui-los de similares de propriedade da **CPTM**.



- 14.1.42 Responsabilizar-se inteiramente por eventuais perdas/extravios de seus equipamentos no decorrer da execução dos serviços.
- 14.1.43 Implantar, de forma adequada, a planificação, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo durante o horário de funcionamento suporte para atendimento a eventuais necessidades nos serviços sob a responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 14.1.44 Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Esses encarregados terão a obrigação de se reportar, quando houver necessidade, ao preposto da **CPTM**, responsável pela fiscalização dos serviços e adotar as providências necessárias.
- 14.1.45 Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, sem acarretar qualquer interrupção das atividades da **CPTM**. Quando houver necessidade de paralisação de alguma atividade da **CPTM** para sua realização, os mesmos deverão ser executados no menor prazo possível e condicionados aos horários e permissões a serem estabelecidos pela **CPTM**. Para qualquer tipo de interdição (parcial ou total) deverá haver solicitação e aprovação prévia da **CPTM**.
- 14.1.46 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os equipamentos necessários à execução dos mesmos, os saneantes domissanitários, materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos, em quantidade, qualidade e tecnologia adequada, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 14.1.47 Observar conduta adequada na utilização e descarte (quando pertinente) dos saneantes domissanitários, produtos químicos, materiais (servíveis e inservíveis) e equipamentos, praticando a correta higienização dos utensílios e das instalações.
- 14.1.48 Instruir seus empregados quanto ao cumprimento das Normas Internas da **CPTM** de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como as relativas à Prevenção de Incêndio.
- 14.1.49 Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.
- 14.1.50 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da **CPTM**.
- 14.1.51 Apresentar quando solicitado os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos fiscais e trabalhistas.
- 14.1.52 Manter, junto à gestão do contrato, a lista atualizada de todos os empregados que prestam serviço em locais onde há risco elétrico ou de trabalho em altura, os quais deverão possuir treinamento conforme exigido, respectivamente, pela NR10 e NR35 do Ministério do Trabalho e Emprego, face aos mesmos ficarem próximos à fiação elétrica e realizarem trabalho em altura.



- 14.1.53 Entregar ao gestor do contrato **CPTM**, em até 30 (trinta) dias após a data da emissão da Ordem de Serviço – O.S. expedida pela **CPTM**, um Relatório Técnico contendo a metodologia para cada um dos tipos de prestação de serviços previstos nesse escopo de contratação a ser implantada e os equipamentos empregados na execução dos serviços e, também qualquer outra condição técnica pertinente ao objeto do contrato, visando realizar os serviços de forma meticulosa, correta e constante. Neste Relatório Técnico deverão constar, para cada tipo de serviço previsto, as informações mínimas e atender as exigências e condições que se encontram descritas na Especificação Técnica referente a este objeto.

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS

Transporte

- 14.1.54 Todo o transporte necessário referente à prestação dos serviços objeto deste instrumento, incluindo o transporte de pessoal, ferramentas, equipamentos, materiais, insumos e resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação (exceto lixo comuns e recicláveis) deverão ser de responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive encargos, embalagens e seguro.
- 14.1.55 Referente aos Serviços de “Vaso abastecido” e de “Lavatório abastecido” que em síntese contemplam o fornecimento, o armazenamento e toda a logística de transporte e distribuição nas estações de materiais de higiene, todos os custos decorrentes do transporte deverão ser de responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive encargos, embalagens e seguro. A entrega deverá ocorrer nas estações durante a operação comercial da **CPTM**, preferencialmente fora dos horários de pico (das 06h às 09h e das 17h às 19h), mediante prévia programação junto ao gestor do contrato **CPTM** ou por preposto por ele designado.

Materiais, Equipamentos e Ferramentas

- 14.1.56 A **CPTM** não fornecerá materiais, equipamentos ou quaisquer tipos de insumos necessários à execução dos serviços contratados, os quais deverão ser de responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 14.1.57 Todo o material necessário para execução dos serviços de limpeza, inclusive para treinamentos, palestras e emissão de relatórios, se necessários, serão às expensas da **CONTRATADA**.

Mobilização e Desmobilização

- 14.1.58 A mobilização e desmobilização de máquinas, equipamentos, ferramentas e instrumentos serão às expensas da **CONTRATADA**.

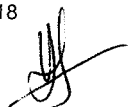
Boas Práticas Ambientais por parte da CONTRATADA

- 14.1.59 Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para reduções de consumo de energia elétrica, de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

- 14.1.60 Cumprir as recomendações da **CPTM** relativas aos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.
- 14.1.61 Utilizar no processo de limpeza dos trens, produtos registrados na ANVISA/MS – Agência Nacional de Vigilância Sanitária / Ministério da Saúde, em conformidade com a legislação ambiental vigente.
- 14.1.62 Apresentar à **CPTM** o relatório técnico de todos os produtos a serem utilizados no processo de limpeza dos trens, juntamente com as respectivas comprovações de registro na ANVISA/MS – Agência Nacional de Vigilância Sanitária / Ministério da Saúde e a Ficha de Informação de Segurança dos Produtos Químicos – FISPQ.
- 14.1.63 Responsabilizar-se pelo preenchimento do "Formulário de Ocorrências para Manutenção" por seu encarregado, disponível no sítio – www.cadterc.sp.gov.br, constatadas nos locais da **CPTM**, cujo formulário poderá ser fornecido pela **CPTM**.
- 14.1.64 Quando houver ocorrências, o encarregado da **CONTRATADA** deverá entregar o "Formulário de Ocorrências para Manutenção" devidamente preenchido e assinado à **CPTM**.
- 14.1.64.1 Exemplos de ocorrências e que devem ser apontadas nos locais da **CPTM**:
- Vazamentos na torneira ou no sifão do lavatório;
 - Saboneteiras e toalheiros quebrados;
 - Lâmpadas queimadas ou piscando;
 - Tomadas e espelhos soltos;
 - Fios desencapados;
 - Janelas, fechaduras ou vidros quebrados;
 - Outros.

Uso Racional da Água por parte da CONTRATADA

- 14.1.65 Capacitar parte do seu pessoal quanto ao uso racional da água. Essa capacitação poderá ser feita por meio do curso virtual oferecido pela SABESP.
- 14.1.66 Os conceitos deverão ser repassados para a equipe por meio de multiplicadores.
- 14.1.67 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto Estadual de São Paulo nº 48.138, de 07 de outubro de 2003.
- 14.1.68 Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da **CONTRATADA**, esperadas com



essas medidas. Como exemplo: sempre que possível usar a vassoura e não a mangueira, para limpar áreas externas. Se houver uma sujeira localizada, usar a técnica do pano umedecido ou na impossibilidade método equivalente.

- 14.1.69 Utilizar-se de equipamento de limpeza com jatos de vapor de água saturada sob pressão, sempre que adequado e necessário. Trata-se de alternativa de inovação tecnológica, cuja utilização será precedida de avaliação das vantagens e desvantagens por parte da **CPTM**. Em caso de utilização de lavadoras, sempre adotar as de pressão com vazão máxima de 360 litros/hora.
- 14.1.70 Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água.

Uso Racional de Energia Elétrica por parte da CONTRATADA

- 14.1.71 Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- 14.1.72 Acender apenas as luzes das áreas que estiverem sendo ocupadas durante a limpeza noturna, quando permitida.
- 14.1.73 Comunicar à **CPTM** sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados, como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas.
- 14.1.74 Sugerir à **CPTM** locais e medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação.
- 14.1.75 Verificar se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos de limpeza, problemas no sistema de proteção elétrica e as condições de segurança de extensões elétricas utilizadas em jateadoras, etc.
- 14.1.76 Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas em seus aparelhos elétricos. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas, porém quando utilizadas que as mesmas sejam corretamente dimensionadas e protegidas eletricamente.
- 14.1.77 Repassar aos seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pela **CPTM**.

Redução de Produção de Resíduos Sólidos

- 14.1.78 Separar as pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, e entregá-las, devidamente acondicionadas, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição





final ambientalmente adequada, em face dos impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado desses materiais. Esta obrigação atende a Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008.

- 14.1.79 Acatar e atender Programas de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, quando disponibilizados pela **CPTM**.
- 14.1.80 Para Programas de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, a **CONTRATADA** deverá observar as seguintes regras contidas no Guia de Implantação de Coleta Seletiva, emitido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente disponibilizado no site <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/educacaoambiental/p/ateleira-ambiental/coleta-seletiva-para-prefeituras/>.
- 14.1.81 Fornecer sacos de lixo nos tamanhos adequados a sua utilização, com vistas à otimização em seu uso, bem como, a redução da destinação de resíduos sólidos.
- 14.1.82 Otimizar a utilização dos sacos de lixo, cujo fornecimento é de sua responsabilidade, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos.
- 14.1.83 Fornecer e utilizar sacos de lixo transparentes nas lixeiras da coleta seletiva das estações. Durante a ação de recolhimento do lixo das lixeiras seletivas, a **CONTRATADA** deverá fornecer e utilizar os sacos separadamente para retirada dos resíduos dos coletores, os quais deverão ter as cores correspondentes a cada tipo de reciclável (azul – papel; vermelho – plástico; verde – vidro; amarelo – metal e preto – não reciclável) para que separadamente sejam acondicionados nos recipientes destinados para a coleta.

Uso de Saneantes Domissanitários por parte da CONTRATADA

- 14.1.84 Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis.
- 14.1.85 Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários, cuja aplicação nos serviços deverá observar regra básica ou essencial de menor toxicidade, livre de corantes e redução drástica de hipoclorito de sódio.
- 14.1.86 Manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por esses realizadas.
- 14.1.87 Observar rigorosamente quando da aplicação e/ou manipulação de detergentes e seus congêneres, no que se refere ao atendimento das prescrições do artigo 44 da Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976, do artigo 67 do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, da Resolução Normativa nº 1 de 25 de outubro de 1978, cujos itens de controle e



fiscalização por parte das autoridades sanitárias e da **CPTM** são os Anexos da referida Resolução: ANEXO I - Lista das substâncias permitidas na elaboração de detergentes e demais produtos destinados à aplicação em objetos inanimados e ambientes; ANEXO II - Lista das substâncias permitidas somente para entrarem nas composições de detergentes profissionais; ANEXO III - Especificações e; ANEXO IV - Frases de advertências para detergentes e seus congêneres.

14.1.88 Não utilizar na manipulação, sob nenhuma hipótese, os corantes relacionados no Anexo I da Portaria nº 9 MS/SNVS de 10 de abril de 1987, visto que a relação risco em função do benefício pertinente aos corantes relacionados é desfavorável à sua utilização em produtos de uso rotineiro por seres humanos.

14.1.89 Fornecer saneantes domissanitários devidamente registrados nos órgãos de vigilância sanitária competente do Ministério da Saúde (artigos 14 e 15 do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, que regulamenta a Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976).

14.1.90 Não utilizar na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913 de 25 de junho de 2001, saneantes domissanitários de "Risco I", listados pelo art. 5º da Resolução - RDC nº 184, de 22 de outubro de 2001.

14.1.90.1 Nota: Fica terminantemente proibida a aplicação de saneantes domissanitários fortemente alcalinos apresentados sob a forma de líquido premido (aerossol), ou líquido para pulverização, tais como produtos para limpeza de fornos e desincrustação de gorduras, conforme Portarias DISAD - Divisão Nacional de Vigilância Sanitária nº 8 de 10 de abril de 1987 e nº 13/MS/SNVS de 20 de junho de 1988.

14.1.91 Observar a rotulagem quanto aos produtos desinfetantes domissanitários, conforme Resolução RDC nº 34 de 16/08/2010.

14.1.92 Em face da necessidade de ser preservada a qualidade dos recursos hídricos naturais, de importância fundamental para a saúde, somente aplicar saneantes domissanitários, cujas substâncias tensoativas aniônicas, utilizadas em sua composição, sejam biodegradáveis, conforme disposições da Resolução RDC n.º 180, de 03 de outubro de 2006, que aprova o Regulamento Técnico sobre Biodegradabilidade dos Tensoativos Aniônicos para Produtos Saneantes Domissanitários.

14.1.92.1 Considera-se biodegradável a substância tensoativa susceptível de decomposição e biodegradação por micro-organismos; com grau de biodegradabilidade mínimo de 90%; fica definido como referência de biodegradabilidade, para esta finalidade específica o n-dodecilbenzeno sulfonato de sódio. A verificação da biodegradabilidade será realizada pela análise da substância tensoativa aniônica utilizada na formulação do saneante ou no produto acabado.

14.1.92.1.1 Nota: Os laudos laboratoriais deverão ser elaborados por laboratórios habilitados pela



Secretaria de Vigilância Sanitária. Deverão constar obrigatoriamente do laudo laboratorial, além do resultado dos ensaios de biodegradabilidade, resultados da análise química da amostra analisada.

- 14.1.93 Quando da aplicação de álcool, deverá se observar a Resolução RDC nº 46 de 20 de fevereiro de 2002 que aprova o Regulamento Técnico para o álcool etílico hidratado em todas as graduações e álcool etílico anidro.
- 14.1.94 Fica terminantemente proibida a aplicação de produtos que contenham benzeno em sua composição, conforme Resolução RDC nº 252 de 16 de setembro de 2003, em face da necessidade de serem adotados procedimentos para reduzir a exposição da população frente aos riscos avaliados pela IARC - International Agency Research on Cancer, agência de pesquisa referenciada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, para analisar compostos suspeitos de causarem câncer. Uma vez que a substância foi categorizada como cancerígena para humanos, a necessidade de resguardar a saúde humana e o meio ambiente e considerando que os riscos de exposição a tornam incompatível com as precauções recomendadas pela Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976, pelo Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013 e pela Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990.
- 14.1.95 Fica proibida a aplicação de saneantes domissanitários que apresentem associação de inseticidas a ceras para assoalhos, impermeabilizantes, polidores e outros produtos de limpeza, nos termos da Resolução Normativa CNS nº 01 de 04 de abril de 1979.
- 14.1.96 Relação dos produtos químicos a serem utilizados pela **CONTRATADA**, de acordo com sua composição, fabricante e utilização. Deverão ter notificação ou registro deferido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, conforme Resolução RDC nº 59, de 22 de dezembro de 2010. A consulta aos saneantes notificados e registrados está disponível no sítio da ANVISA nos endereços:
- Consulta de Saneantes Notificados:
<https://consultas.anvisa.gov.br/#/saneantes/notificados/>
 - Consulta de Saneantes Registrados:
<https://consultas.anvisa.gov.br/#/saneantes/produtos/>
- 14.1.97 Recomenda-se que a **CONTRATADA** utilize produtos detergentes de baixas concentrações e baixos teores de fosfato.
- 14.1.98 Apresentar à **CPTM**, sempre que solicitado, a composição química dos produtos, para análise e precauções com possíveis intercorrências que possam surgir com empregados da **CONTRATADA**, ou com terceiros.

Poluição Sonora

- 14.1.99 Para seus equipamentos de limpeza que gerem ruído em seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel - dB(A),



conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

Instruções Socioambientais Específicas

14.1.100 Capacitar seus empregados a adotar procedimentos em consonância com os programas de educação ambiental, objetivando aperfeiçoar as atividades e a execução de serviços.


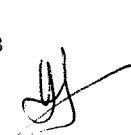
14.1.101 As boas práticas para otimização dos serviços / redução de desperdícios / menor poluição, se pautam por alguns pressupostos, que deverão ser observados pela **CONTRATADA**, conforme a seguir discriminado:

- Racionalização do uso de substância potencialmente tóxica / poluentes;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Racionalização / economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- Treinamento / capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios / poluição;
- Reciclagem / destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza asseio e conservação.

14.1.102 Caso realize a lavagem de áreas por meio de caminhão pipa deverá ser realizada com água de reuso ou outras fontes (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

14.1.103 A **CONTRATADA** é responsável pelo acondicionamento dos resíduos sólidos gerados resultantes de seus processos de limpeza realizados nos locais previstos neste contrato (estopas, recipiente dos saneantes, embalagens, etc.), inclusive contaminantes, como também, pela sua correta destinação e descarte, conforme legislação ambiental. Todavia, caso os resíduos sólidos gerados sejam caracterizados como comuns, a destinação poderá ser realizada em local especificado e indicado pela **CPTM**. Para tanto a **CONTRATADA** deverá:

- Atender à legislação ambiental aplicável nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- Seguir as providências quanto ao manuseio, acondicionamento e transporte dos resíduos sólidos, biológicos e químicos gerados, conforme exigido e estabelecido pela legislação ambiental aplicável, enfatizando os seguintes pontos a seguir:
 - a) Parâmetros de armazenamento de resíduos, no que se refere ao acondicionamento dos resíduos, sendo que a norma indica containers, tambores, tanques de armazenamento a granel. Os



tambores e containers devem preferencialmente ficar armazenados em área coberta, bem ventilada e sobre base de concreto ou de outro material que impeça a lixiviação e percolação de substâncias para o solo. A área de armazenagem deve possuir sistema de drenagem e captação dos líquidos contaminados para posterior tratamento, além disso, os tambores devem ser rotulados de forma a permitir a rápida identificação dos resíduos armazenados, esse rótulo deve ser resistente à manipulação dos containers;

- b) Os tambores e containers utilizados para armazenamento devem apresentar boas condições de uso, devendo estar sempre fechados. A disposição dos tambores deve ser tal, que permita a inspeção visual dos mesmos;
- c) Segundo a recomendação normativa, todos os empregados que atuam no armazenamento dos resíduos devem ser treinados, inclusive quanto às ações de emergência a serem adotadas em caso de vazamento ou derramamento, e quanto à utilização de EPI adequado a cada tipo de produto manuseado;
- d) Transportar somente resíduos colhidos na **CPTM**;
- e) Transportar os resíduos sólidos de maneira adequada e segura para a destinação final, evitando danos a terceiros e ao meio ambiente, conforme legislação ambiental aplicável;
- f) Comunicar por escrito a **CPTM** todas e quaisquer irregularidades durante a prestação dos serviços.

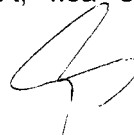
14.1.104 Nos casos de ocorrências de multa por irregularidades, pelo não cumprimento da legislação ambiental, aplicadas à **CONTRATADA**, a **CPTM** tomará as medidas cabíveis quanto às responsabilidades previstas na legislação infringida.

15. PESSOAL

15.1 O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a **CPTM** e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**. No caso de vir a **CPTM** ser denunciada judicialmente, a **CONTRATADA** a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.

15.2 A **CONTRATADA** deverá responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos referidos, não transfere à **CPTM** responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

15.3 Ocorrerem eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, fica esta, obrigada a



requerer a exclusão da **CPTM** da lide, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.

- 15.4 Na hipótese de a **CPTM** vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, durante a vigência contratual e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela **CPTM**, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a **CPTM** utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a **CONTRATADA**, com a qual, desde já a mesma expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.
- 15.5 A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CPTM** o registro de todos os empregados ligados ao contrato e deverá obedecer a todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.
- 15.6 A mão de obra da **CONTRATADA** deverá ser qualificada e devidamente treinada para as tarefas previstas neste instrumento, de modo a atender eficientemente as atividades previstas neste expediente de contratação, sempre supervisionada pelo Responsável Técnico da **CONTRATADA**.
- 15.7 Os empregados da **CONTRATADA** que estiverem prestando serviços nas dependências da **CPTM** deverão apresentar-se devidamente uniformizados, identificados por meio de crachá posicionado em local visível, identificar-se sempre que os fiscais da **CPTM** assim o exigirem e, caso necessário, usando os EPIs e/ou EPCs pertinentes à função.
- 15.8 A **CONTRATADA** deverá apresentar, sempre que solicitado pela **CPTM**, a carteira profissional de todos os empregados em serviço, a fim de comprovar o seu registro profissional e trabalhista, obedecendo a todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.

16. FISCALIZAÇÃO

- 16.1 A **CPTM** reserva-se o direito de exercer diretamente por si ou por intermédio de terceiros, devidamente credenciados, ampla fiscalização do cumprimento das obrigações atribuídas à **CONTRATADA**, solicitando à mesma, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar à **CPTM** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços contratados.
- 16.2 No desempenho de suas atividades, é assegurado à fiscalização, o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.
- 16.3 A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade de executar os serviços com toda cautela, boa técnica e qualidade dos serviços contratados.
- 16.4 A **CONTRATADA** obriga-se a atender as determinações da fiscalização da **CPTM** relativas à técnica de execução e à segurança do trabalho.

- 16.5 Todos os trabalhos serão verificados pelo Gestor do contrato antes de serem apropriados, cabendo à **CONTRATADA** tomar todas as providências necessárias para essa verificação, a qual será realizada com base nas Especificações e Normas Técnicas pertinentes.
- 16.6 Até o recebimento definitivo do objeto do contrato/serviço, a **CONTRATADA** será responsável, sem qualquer ônus para a **CPTM**, pela conservação e manutenção dos serviços por ela executados.
- 16.7 Todos os defeitos, falhas e omissões detectadas pelo Gestor do contrato nos elementos técnicos apresentados e na execução dos serviços, deverão ser corrigidos pela **CONTRATADA**, sem ônus para a **CPTM**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de sua comunicação. A aceitação dos serviços será concretizada somente depois de realizadas todas as correções exigidas pelo Gestor do contrato, quando será emitido o Termo de Recebimento Provisório dos serviços realizados.

17. PENALIDADES E GLOSAS

- 17.1 A aplicação de penalidades/multas contratuais não se confunde com o mecanismo de avaliação de desempenho e de qualidade, o qual visa estabelecer a procura da melhora contínua dos processos dos serviços prestados pela **CONTRATADA**, em decorrência do dispositivo previsto para o aprimoramento dos resultados dos serviços de limpeza, que é estabelecido mediante avaliação do resultado da limpeza, conforme disposto nas Condições Gerais para Contratação e em seus anexos.
- 17.2 Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados/comprovados, ao não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, garantida prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as seguintes penalidades:
- 17.2.1 Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a **CONTRATADA** concorrido diretamente, situação que será registrada no Cadastro de Fornecedores da **CPTM**; e
- 17.2.2 Multas, nos percentuais e na hipótese da ocorrência das infrações descritas nas tabelas a seguir, sendo cumulativas nos casos de reincidência:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,02% do valor da fatura do mês da ocorrência
2	0,04% do valor da fatura do mês da ocorrência
3	0,05% do valor da fatura do mês da ocorrência
4	0,10% do valor da fatura do mês da ocorrência
5	1,00% do valor da fatura do mês da ocorrência
6	2,00% do valor da fatura do mês da ocorrência

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Recorrências sucessivas em reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	01
02	Recorrências sucessivas em permitir a presença de empregado sem uniforme ou mal apresentado; por empregado, por ocorrência.	01
03	Recorrências sucessivas em deixar de disponibilizar equipamentos, ferramentas ou aparelhos necessários à realização dos serviços previstos no contrato; por ocorrência.	01
04	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
05	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	01
06	Deixar de cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso e contagem de seus empregados; por ocorrência.	01
07	Recusar-se a executar ou refazer serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	02
08	Recorrências sucessivas em executar serviço incompleto ou de caráter paliativo ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
09	Recorrências sucessivas em executar serviços sem a utilização de equipamentos de proteção individual – EPI, quando necessários; por empregado, por ocorrência.	02
10	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
11	Deixar de iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato, sem que haja justificativa plausível aceita pela CPTM; por serviço, por ocorrência.	02
12	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
13	Recorrências sucessivas em manter empregado sem qualificação para execução dos serviços; por empregado e por ocorrência.	03
14	Causar desperdício de material por utilização de mão de obra não qualificada e máquinas, equipamentos e ferramentas fora de condições ideais de uso; por ocorrência.	03
15	Deixar de cumprir a programação periódica de manutenção preventiva sem motivo considerado justo pela fiscalização; por ocorrência.	03
16	Utilizar as dependências da CPTM para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
17	Não providenciar substituto para componente da equipe dos POSTOS de serviços, quando for o caso; por empregado e por ocorrência.	04
18	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
19	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais (por ocorrência), sem que haja justificativa aceita pela CPTM.	06

17.2.3 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de rescisão contratual;

17.2.4 **GLOSAS**

17.2.4.1 Considerando-se o Valor Diário do Conjunto – VDC (valor mensal estabelecido por área, dividido por 30), a glosa por serviços não realizados ou mal executados, ou ainda a indisponibilidade de materiais e/ou equipamentos será calculada multiplicando-se o(s) percentual(ais) discriminado(s) no(s) item(ns) com nota inferior a 3,0 (três) pelo VDC e pelo percentual de desconto relativo à nota atribuída a esse(s) item(ns).

17.2.4.2 Quando da emissão do faturamento, a **CONTRATADA** deverá deduzir a soma de todas as glosas aplicadas durante o mês.

17.2.5 **DESCONTOS RELATIVOS AO DESCUMPRIMENTO DO QUADRO PREVISTO**

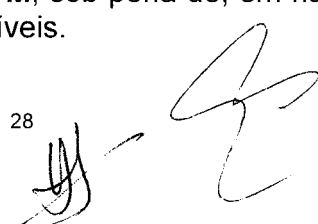
17.2.5.1 No caso de descumprimento do quadro previsto para atendimento aos postos de serviços relacionados às atividades de Limpeza Entre Viagens (LEV) de Trens e de sanitários públicos, o valor correspondente às ausências verificadas será descontado do total previsto da medição mensal.

17.2.6 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos a **CONTRATADA** que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

17.3 As penalidades de multa serão, sempre que possível, descontadas dos créditos da **CONTRATADA** ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

17.4 O pagamento das multas previstas nos subitens 17.2.2 e 17.2.3 não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que ultrapassem o valor das penalidades aplicadas.

17.5 Na hipótese de não existirem pagamentos previstos, efetivamente configurados, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da **CPTM**, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.

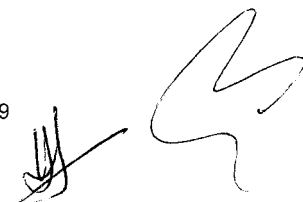


- 17.6 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano “pro rata tempore”, até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a mesma fórmula indicada no subitem 9.1.7 deste contrato.

18. RESCISÃO

18.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A lentidão do seu cumprimento, levando a **CPTM** a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- c) A subcontratação do objeto que importe em desatendimento das condições de qualificação técnica e sem prévia autorização da **CPTM**;
- d) A fusão, cisão, incorporação, associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, sem prévia autorização da **CPTM** para avaliação da manutenção das condições de habilitação;
- e) O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;
- f) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- g) A dissolução da sociedade, o falecimento da **CONTRATADA**, a decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que prejudique a execução do contrato;
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Diretoria Colegiada;
- j) A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- k) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação de sanções;
- l) O atraso nos pagamentos devidos pela **CPTM**, superior a 90 (noventa) dias, decorrentes de serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- m) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- n) A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.



- 18.2 A rescisão por iniciativa da **CONTRATADA** deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
- 18.3 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, os serviços já elaborados ou em elaboração, pela **CONTRATADA**, até a data rescisória, passarão à propriedade da **CPTM**.
- 18.4 A rescisão amigável ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a **CPTM**.
- 18.5 Nos demais casos de rescisão, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será essa ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, nos termos do disposto no artigo 160 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.

19. ALTERAÇÕES

- 19.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo das partes, nos casos previstos no art. 150 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 19.2 A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os seus acréscimos.
- 19.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes, e deverão ser feitos por meio de termos de aditamento, mantidos os preços unitários e demais condições contratuais.
- 19.4 Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no subitem 19.2.
- 19.5 O presente instrumento poderá ser renovado, desde que observadas as disposições do artigo 151 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 19.6 Em caso de concessão da operação das áreas constantes desta contratação à iniciativa privada, considerando o interesse público envolvido, a **CPTM** notificará a **CONTRATADA** com antecedência de 180 (cento e oitenta) dias, visando a desmobilização parcial ou total dos postos/serviços e/ou podendo realizar alterações no escopo em percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) ou mesmo antecipar o encerramento do contrato com a redução de escopo e de prazo, inclusive considerando o percentual acima estabelecido, a seu critério e sem custos adicionais de qualquer ordem às partes, renunciando, a **CONTRATADA**, expressamente e desde já a qualquer direito ou valor a título de indenização e/ou reequilíbrio econômico-financeiro advindo dessa desmobilização, pois presumir-se-ão incorporados aos custos da proposta vencedora.



20. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

- 20.1 Toda e qualquer subcontratação relativa ao objeto do presente contrato ficará limitada aos serviços acessórios necessários à execução do escopo principal do contrato, quais sejam: abastecimento de materiais de higiene (vaso abastecido / lavatório abastecido), desinsetização, desratização, capina, tratamento em piso de granito e correlatos; previamente apresentada para aprovação da **CPTM**, podendo esta autorizar ou não a proposta. A autorização da **CPTM** não desobriga a **CONTRATADA** da integral responsabilidade pela subcontratação e pelos correspondentes serviços e/ou fornecimentos realizados. Na solicitação de autorização da subcontratação, será informado e detalhado pela **CONTRATADA** o serviço ou o material a ser subcontratado e as condições de execução dos mesmos. Sendo autorizada a subcontratação pela **CPTM**, o subcontratado deverá submeter-se às normas por ela estabelecidas, bem como às cláusulas e condições deste instrumento.
- 20.2 Mesmo ocorrendo a subcontratação, a **CONTRATADA** será a única e exclusiva responsável, pelos termos deste instrumento, perante a **CPTM**, órgãos e entidades públicas e privadas e terceiros, bem como será a única a emitir faturamento contra a **CPTM**.
- 20.3 A **CPTM** deverá ter acesso liberado, pela **CONTRATADA**, à todas as subcontratadas e/ou seus fornecedores de materiais e equipamentos.
- 20.4 Na hipótese de não aprovação do produto ou serviço de subcontratação, a **CONTRATADA** deverá apresentar novo subcontratado para o mesmo escopo, não cabendo à **CPTM** qualquer responsabilidade de eventual comprometimento do objeto deste instrumento.
- 20.5 É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado do procedimento licitatório do qual se originou a contratação ou participado, direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.

21. GARANTIA TÉCNICA

- 21.1 A responsabilidade técnica pelos documentos elaborados pela **CONTRATADA** subsistirá, mesmo após o recebimento definitivo dos mesmos pela **CPTM**, na forma e nos prazos determinados pela legislação vigente.
- 21.2 A **CONTRATADA** responderá pela boa qualidade dos documentos técnicos, pelos serviços e pelos fornecimentos por ela desenvolvidos e executados, mesmo após a aprovação pela **CPTM**.
- 21.3 A garantia deverá abranger todos e quaisquer tipos de falhas detectadas, a qualquer tempo, em relação à utilização inadequada de materiais, equipamentos ou mão de obra, de fornecimento e responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 21.4 Tal garantia deve ser concedida especificamente para os serviços descritos nessa contratação em objeto.
- 21.5 Garantias similares que possam estar incluídas em folhetos, catálogos de produtos e de materiais ou equivalentes não serão aceitas.
- 21.6 Caso haja algum problema relacionado aos serviços prestados durante o período de garantia estipulado neste instrumento, a **CONTRATADA** deverá efetuar a



realização dos serviços novamente ou a reparação pertinente sem nenhum ônus à **CPTM**.

Garantia dos Serviços e Produtos Aplicados

- 21.7 A garantia do serviço e produtos aplicados prevista neste contrato determina que deva ser garantido e consolidado pela **CONTRATADA** o perfeito desempenho quanto aos serviços executados e respectivos produtos específicos utilizados nos processos de limpeza durante toda a vigência contratual. Caso não sejam atendidos os requisitos dos serviços executados dentro dos padrões de qualidade estabelecidos e exigidos pela **CPTM**, bem como a aplicação dos produtos não adequados, nos termos desta presente garantia, a **CONTRATADA** deverá rever e substituir os respectivos produtos por outros adequados e refazer os serviços outrora executados. Ao findar as suas obrigações contratuais, deverá ser garantido e consolidado pela **CONTRATADA** o perfeito desempenho quanto aos serviços executados integralmente até o último dia de vigência contratual sob pena de serem refeitos sem quaisquer ônus adicionais à **CPTM**. Uma vez atendidas as presentes condições, será emitido TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (TRD), que irá ocorrer quando findarem todas as obrigações por parte da **CONTRATADA**, sem pendências, e aceitos pela fiscalização da **CPTM**, certificando a conclusão do escopo contratual de serviços da presente contratação em objeto, válido para todos os casos aqui explicitados.

Garantia de Assistência Técnica

- 21.8 A **CONTRATADA** deverá garantir o pronto atendimento técnico durante o período de vigência contratual, e estar equipada e habilitada a conduzir a manutenção e assistência técnica do serviço em até 02 (dois) dias úteis, a contar da comunicação escrita pela **CPTM**.
- 21.8.1 Se a **CONTRATADA** se recusar ou falhar em fazer o atendimento técnico quando solicitado, serão aplicadas penalidades contratuais cabíveis.

22. PROPRIEDADE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- 22.1 Todos os relatórios, documentos técnicos, informações, análises, compilações, estudos e outros documentos elaborados pela **CONTRATADA**, na execução dos serviços, serão entregues à **CPTM**, na forma impressa e em meio eletrônico, junto com inventário detalhado dos referidos documentos, respeitados os direitos de propriedade industrial.
- 22.1.1 Os documentos referidos no subitem anterior, oriundos da prestação de serviços objeto desta contratação, quando em arquivo eletrônico, deverão apresentar formatos compatíveis (Microsoft Word, MS Excel, Autocad, MS Power Point, VISIO, Corel Draw, MS Project, MS Access) com os existentes na **CPTM**.
- 22.2 No entanto, a documentação fornecida poderá ser utilizada pela **CPTM**, em qualquer ampliação, modificação ou alteração que julgar conveniente.
- 22.3 A documentação técnica apresentada à **CONTRATADA** é de propriedade da **CPTM**, sendo vedada sua utilização pela **CONTRATADA** para outros fins que

não os previstos neste contrato. A **CONTRATADA** deverá manter rigoroso sigilo a respeito dessa documentação.

- 22.4 Quando do encerramento definitivo deste contrato, a **CONTRATADA** deverá ter entregue à **CPTM**, todos os documentos a que estiver contratualmente obrigada.

23. DIREITOS AUTORAIS

- 23.1 A **CONTRATADA** deverá garantir, indenizar e proteger a **CPTM**, seus sucessores, cessionários, clientes e usuários contra quaisquer responsabilidades, inclusive custos, indenizações, despesas, reclamações, ações ou processos judiciais sejam de que natureza forem, resultantes ou relacionados com qualquer infração dos dispositivos de marcas e patentes e/ou direitos autorais, com relação à execução do objeto deste contrato.
- 23.2 A **CPTM** comunicará à **CONTRATADA**, por escrito, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais contra ela propostas, obrigando-se a **CONTRATADA**, conforme opção da **CPTM**, a:
- 23.2.1 Defendê-la na forma entendida como a mais conveniente, pagando quaisquer danos, prejuízos e/ou custos a que venha a **CPTM** a ser condenada, por força das citadas medidas;
- 23.2.2 Substituir, por produtos não infringentes, os produtos ou parte desses produtos declarados como tal, por decisão judicial, ou modificá-los, de forma a torná-los produtos não infringentes;
- 23.2.3 Garantir à **CPTM** a continuidade e qualidade dos serviços previstos no contrato.
- 23.3 Em qualquer das três hipóteses, correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas para adoção da opção entendida como mais conveniente pela **CPTM**, bem como as despesas relativas à consecução da(s) alternativa(s) indicada(s) e aprovada(s) pela **CPTM**.
- 23.4 Os materiais e equipamentos a serem utilizados deverão encontrar-se totalmente desembaraçados de controle ou acordo com terceiros, especificamente patentes ou "know-how", que impeçam a **CPTM** o conhecimento de detalhes do projeto.

24. COMUNICAÇÕES

- 24.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondência endereçada como segue:

CPTM:

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

RUA BOA VISTA, Nº 185 – CENTRO

SÃO PAULO / SP

CEP 01014-001

CONTRATO Nº 013220306100

CONTRATADA:

PLURI SERVIÇOS LTDA

RUA FREI GASPAR, Nº 414 – MOOCA

SÃO PAULO / SP

CEP 03164-100
CONTRATO Nº 013220306100
CONTATO Wilson Vitorino de Souza
TEL (11) 2799-8888 Ramal: 251
E-MAIL wilson@pluriservicos.com.br

- 24.2 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita mediante correio eletrônico ou carta, ambos com comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de licitação ou gestão. Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar o número deste contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.
- 24.3 A **CPTM** e a **CONTRATADA** deverão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos empregados designados pelas mesmas, para serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.

25. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

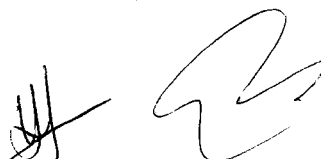
- 25.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 154 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 25.2 O objeto deste contrato será aceito pela **CPTM**, desde que atenda as condições estipuladas neste instrumento e nos documentos que fazem parte integrante do mesmo.
- 25.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório - TRP, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita de conclusão dos trabalhos pela **CONTRATADA**. Na emissão do TRP, deverão ser registradas todas as pendências a serem solucionadas no período de observação de defeitos ou falhas na conclusão do escopo. Não ocorrendo a solução das pendências nos prazos contratuais, a **CONTRATADA** passará à condição de inadimplência perante a **CPTM**.
- 25.4 O Recebimento Definitivo será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório - TRP, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**.

26. NOVAÇÃO

- 26.1 Se qualquer das partes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

27. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 27.1 Aplica-se a este contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 10.520/02, no Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM** e na Lei Federal nº 13.303/16, bem como na Legislação Estadual pertinente.



28. VINCULAÇÃO

28.1 O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico nº 0132203061 e à proposta da **CONTRATADA**.

29. FORO

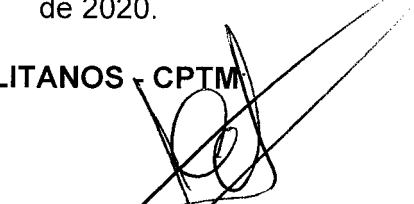
29.1 Os contratantes elegem o foro da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

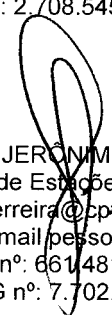
E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, destinadas uma à **CONTRATADA** e a outra a **CPTM**.

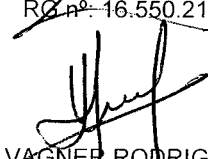
São Paulo, 01 de outubro de 2020.

Pela **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**


FELISSA SOUSA ALARCON
Diretora Administrativa e Financeira
felissa@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
CPF nº: 010.685.271-02
RG nº: 2.708.545 SSP-DF


LUIZ EDUARDO ARGENTON
Diretor de Operação e Manutenção
argenton@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
CPF nº: 056.324.968-48
RG nº: 16.550.211-3



JOANITO JERÔNIMO FERREIRA
Gerente de Estações e Serviços
joanito.ferreira@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
CPF nº: 661.481.978-04
RG nº: 7.702.619-6


VAGNER RODRIGUES
Gerente Geral de Operação
vagner@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
CPF nº: 094.368.788-85
RG nº: 16.120.622

Pela **CONTRATADA**:


WILSON VITORINO DE SOUZA
Procurador
wilson@pluriservicos.com.br
E-mail pessoal: N/I
CPF nº: 084.637.108-16
RG nº: 17.129.582-1

TESTEMUNHAS:


CARLOS ALBERTO RODRIGUES
Analista de Administração
e Gestão


Maria Helena Batista dos Santos
Assistente Administrativo

ANEXO I

CONTRATO Nº 013220306100

CONDIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO

ANEXO I**CONTRATO Nº 013220306100****CONDIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO – LOTE 01****1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação das estações, sanitários públicos, áreas administrativas vinculadas fisicamente ao corpo das estações e limpeza entre viagens - LEV de trens-unidade - Linhas 7 - Rubi e 10 - Turquesa - LOTE 1.

2. DIRETRIZES BÁSICAS**2.1 SEGURANÇA, MEDICINA E HIGIENE DO TRABALHO.**

A execução dos serviços deverá respeitar às normas de segurança e de prevenção de riscos de acidentes, obedecendo às normas e padrões internos da CPTM descritos na Norma Implementadora NI.01/011 – “Cláusulas de Saúde e Segurança do Trabalho nas Contratações de Serviços e Obras” e na Norma de Serviço NS.DO/002 – “Execução de Obras e Serviços ao Longo da Via Férrea”.

2.2 LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Para a prestação de serviços em objeto, de acordo com o tipo de execução de serviço especificado, as atividades a serem desempenhadas ocorrem ao longo das linhas da CPTM em locais preestabelecidos que são detalhados na especificação técnica CPTM BE6826-1 - “Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação das estações, sanitários públicos, áreas administrativas vinculadas fisicamente ao corpo das estações e limpeza entre viagens – LEV de trens- unidade - Linhas 7 - Rubi e 10 - Turquesa – LOTE 1”.

Assim sendo, a seguir estão descritos os endereços dos locais onde serão executados os serviços:

2.2.1 Linha 7 – Rubi

ESTAÇÃO	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
Água Branca	Av. Santa Marina, s/nº	Água Branca	São Paulo
Lapa - Linha 7	Rua John Harrison s/nº	Lapa	São Paulo
Piqueri	Rua José Peres Campelo, s/nº	Piqueri	São Paulo
Pirituba	Rua Camarões, s/nº	Chácara Inglesa	São Paulo
Vila Clarice	Praça Comendador Souza Cruz, s/nº	Jardim Regina	São Paulo
Jaraguá	Estrada das Taipas, s/nº	Jardim São João (Jaraguá)	São Paulo
Vila Aurora	Rua Francisco da Cunha Menezes, 1066	Jardim Santa Lucrecia	São Paulo
Perus	Av. Dr. Sylvio de Campos, s/nº	Vila Perus	São Paulo
Caieiras	Rod. Pres. Tancredo de Almeida Neves, Km 34	Melhoramentos	Caieiras
Franco da Rocha	Rua Cavalheiro Ângelo Sestini, nº 200	Vila Artur Sestini	Franco Da Rocha
Baltazar Fidélis	Av. Israel, s/nº	Vila Bela	Franco Da Rocha
Francisco Morato	Rua Gerônimo Caetano Garcia, s/nº	Centro	Francisco Morato
Botujuru	Rua Bela Vista, s/nº	Botujuru	Campo Limpo Paulista
Campo Limpo Paulista	Rua Felícia Pereira Pinto, s/nº	Vila Thomazina	Campo Limpo Paulista
Várzea Paulista	Rua Antônio Feres Sada, s/nº	Centro	Várzea Paulista
Jundiaí	Av. União dos Ferroviários s/nº	Ponte de Campinas	Jundiaí

2.2.2 Linha 10 – Turquesa

ESTAÇÃO	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
Luz	Praça da Luz, nº 01	Bom Retiro	São Paulo
Juventus - Mooca	Rua Monsenhor João Felipo, s/nº	Mooca	São Paulo
Ipiranga	Rua Ilha de Serigipe, s/nº	Vila Prudente	São Paulo
Tamanduateí	Rua Guamiranga, 600	Vila Independência	São Paulo
São Caetano do Sul – Pref. Walter Braido	Rua Serafim Constantino, 51	Centro	São Caetano Do Sul
Utinga	Av. da Paz, s/nº	Campestre	Santo André
Prefeito Saladino	Praça Doutor Armando Arruda Pereira, s/nº	Santa Terezinha	Santo André
Prefeito Celso Daniel - Santo André	Rua Itambé, 87	Centro	Santo André
Capuava	Av Manoel da Nobrega, 443	Capuava	Mauá
Mauá	Rua Rio Branco, s/nº	Vila Augusto	Mauá
Guapituba	Av. Brasil, s/nº	Parque das Américas	Mauá
Ribeirão Pires – Antônio Bespalec	Rua Capitão José Gallo, s/nº	Centro	Ribeirão Pires
Rio Grande da Serra	Rua Guilherme Pinto Monteiro, s/nº	Centro	Rio Grande da Serra

2.2.3 LOCAIS DE REALIZAÇÃO DE CADA TIPO DE SERVIÇO

- **Limpeza, asseio e conservação das estações:**
- ✓ **Linha 7 – Rubi:** Água Branca, Lapa – Linha 7, Piqueri, Pirituba, Vila Clarice, Jaraguá, Vila Aurora, Perus, Caieiras, Franco da Rocha, Baltazar Fidélis, Francisco Morato, Botujuru, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Jundiaí.
- ✓ **Linha 10 - Turquesa:** Luz, Juventus - Mooca, Ipiranga, Tamanduateí, São Caetano do Sul – Prefeito Walter Braido, Utinga, Prefeito Saladino, Prefeito Celso Daniel - Santo André, Capuava, Mauá, Guapituba, Ribeirão Pires – Antônio Bespalec, Rio Grande da Serra.

- **Limpeza de Sanitários Públicos:**

- ✓ **Estações da Linha 7 – Rubi:** Água Branca, Lapa, Piqueri, Pirituba, Jaraguá, Vila Aurora, Perus, Caieiras, Franco da Rocha, Baltazar Fidelis, Francisco Morato, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista e Jundiaí.
- ✓ **Estações da Linha 10 - Turquesa:** Luz, Juventus - Mooca, Ipiranga, Tamanduateí, São Caetano do Sul – Prefeito Walter Braidó, Utinga, Prefeito Saladino, Prefeito Celso Daniel - Santo André, Capuava, Mauá, Guapituba, Ribeirão Pires – Antônio Bospalec e Rio Grande da Serra.

- **Limpeza de trens entre viagens – LEV:**

- ✓ **Estações da Linha 7 – Rubi:** Luz, Francisco Morato e Jundiaí.
- ✓ **Estações da Linha 10 - Turquesa:** Juventus - Mooca e Rio Grande da Serra.

- **Limpeza de Áreas Administrativas vinculadas ao corpo das estações:**

- ✓ **Estação Luz:** Gerência de Obras, Engenharia Luz, Chefia de Circulação/Tração (Antigo CCO Luz) e Receita/Arrecadação.

- **Serviços de “Lavatório abastecido” e de “Vaso abastecido”:**

- ✓ Estações da Linha 7 – Rubi, Estações da Linha 10 – Turquesa e Áreas Administrativas vinculadas ao corpo das estações (Gerência de Obras, Engenharia Luz, Chefia de Circulação/Tração (Antigo CCO Luz) e Receita/Arrecadação).

- **Tratamento em piso de granito**

- ✓ Nas estações que possuem tal tipo de piso, indicadas nas planilhas de áreas, anexa à ET CPTM BE6826-1.

- **Serviços de Desinfestação**

- ✓ Estações da Linha 7 – Rubi, Estações da Linha 10 – Turquesa e Áreas Administrativas vinculadas ao corpo das estações (Gerência de Obras, Engenharia Luz, Chefia de Circulação/Tração (Antigo CCO Luz) e Receita/Arrecadação), conforme necessidade e por solicitação.

- **Serviços de Capina**

- ✓ Estações da Linha 7 – Rubi, Estações da Linha 10 – Turquesa, conforme necessidade e por solicitação.

3. DESCRIÇÃO DOS EVENTOS

A descrição de eventos das programações de atividades tem por finalidade apresentar como deverão ser desempenhadas as atividades pela Contratada (programação mensal dos serviços), e, por consequência, estabelece o cronograma físico e financeiro de desembolso, tendo por base a Especificação Técnica ET CPTM BE6826-1 - “Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação das estações, sanitários públicos, áreas administrativas vinculadas fisicamente ao corpo das estações e limpeza entre viagens – LEV de trens- unidade - Linhas 7 - Rubi e 10 - Turquesa – LOTE 1” e a respectiva planilha de quantidade e preços unitários.

A seguir apresenta-se a descrição das programações de atividades pertinentes à execução contratual concatenada com o cronograma físico de execução do objeto.

3.1. Programações de Atividades

- **Evento A - Limpeza, asseio e conservação predial das estações e das Áreas Administrativas a elas vinculadas:**

São serviços realizados de forma contínua nas estações das Linhas 7-Rubi e 10-Turquesa da CPTM. As atividades são realizadas de acordo com as frequências estabelecidas na Especificação Técnica ET CPTM BE6826-1, sejam elas diárias, semanal, quinzenal ou mensal.

Os serviços a serem executados nas estações deverão ser realizados de segunda-feira a domingo, incluindo os feriados, nos turnos indicados nas planilhas, ininterruptamente, nos turnos MANHÃ (06h às 14h), TARDE (14h às 22h) e/ou NOITE (22h às 06h), de acordo com a necessidade de cada estação ou edifício cadastrado.

Os serviços a serem executados nas Áreas Administrativas vinculadas às estações deverão ser realizados de segunda-feira a sexta-feira, em turno diurno e em horário definido pela CPTM.

O valor a ser pago mensalmente será obtido mediante informação dos serviços prestados e suas respectivas quantidades, aos quais deverão ser aplicados os preços unitários

estabelecidos no contrato para os itens executados (correspondente ao resultado obtido pelo produto entre o metro quadrado da área contratada e o preço unitário correspondente ao tipo de serviço, para cada turno de trabalho previsto), incidindo sobre os valores obtidos os percentuais correspondentes à avaliação da qualidade dos serviços prestados em cada evento realizado, o que determinará o valor final da medição, conforme regras estabelecidas na Especificação Técnica. Os serviços estabelecidos neste evento referem-se aos itens de nº 1 ao nº 29 da planilha de quantidades e preços.

- **Evento B - Limpeza, asseio e conservação de Sanitários Públicos (postos):**

São serviços realizados nos Sanitários Públicos das estações das linhas 7-Rubi e 10-Turquesa de forma contínua, conforme as quantidades de postos, locais e turnos indicados na Especificação Técnica para cada estação. As atividades deverão ser realizadas conforme as frequências estabelecidas na Especificação Técnica ET CPTM BE6826-1, sejam elas diárias, semanal e/ou mensal, independente dos turnos previstos para cada posto fixo.

Trata-se de postos fixos de trabalho, onde será obrigatória a permanência ininterrupta de 1 (um) empregado em cada sanitário no respectivo turno. Os serviços serão realizados de segunda-feira a domingo, incluindo os feriados, sendo executados nos turnos e locais contratados, sendo eles MANHÃ (06h às 14h), TARDE (14h às 22h) ou NOITE (22h às 06h), devendo a Contratada providenciar a cobertura do posto (folguista) para os casos de ausência, pausa para lanche ou refeição e outras situações que forem necessárias.

O valor a ser pago mensalmente será obtido mediante informação dos serviços prestados e suas respectivas quantidades, aos quais deverão ser aplicados os preços unitários estabelecidos no contrato para os itens executados (correspondente ao resultado obtido pelo produto entre posto.mês contratado e o preço unitário correspondente ao tipo de serviço, para cada turno de trabalho previsto), incidindo sobre os valores obtidos os percentuais correspondentes à avaliação da qualidade dos serviços prestados em cada evento realizado, o que determinará o valor final da medição, conforme regras estabelecidas na Especificação Técnica. Os serviços estabelecidos neste evento referem-se aos itens de nº 30 ao nº 32 da planilha de quantidades e preços.

- **Evento C - Limpeza, asseio e conservação de Trens entre viagens (LEV):**

São serviços realizados de forma contínua nos trens entre viagens e/ou quando

estacionados nas estações das linhas 7-Rubi e 10-Turquesa. Trata-se de equipes de postos fixos de trabalho, onde será obrigatória a permanência contínua do número contratado de postos, nos locais definidos na Especificação Técnica ET CPTM BE6826-1. Os serviços deverão ser realizados de segunda-feira a domingo, incluindo os feriados, devendo a Contratada providenciar a cobertura de posto (folguista) para os casos de ausência, pausa para lanche ou refeição e outras situações que forem necessárias.

Os turnos são diurnos (08h30 às 16h30) e noturno (20h às 24h), respeitando a programação elaborada pela CPTM que, eventualmente, por necessidade ou estratégia operacional poderá alterá-la.

O valor a ser pago mensalmente será obtido mediante informação dos serviços prestados e suas respectivas quantidades, aos quais deverão ser aplicados os preços unitários estabelecidos no contrato para os itens executados (correspondente ao resultado obtido pelo produto entre posto.mês contratado e o preço unitário correspondente ao tipo de serviço, para cada turno de trabalho previsto), incidindo sobre os valores obtidos os percentuais correspondentes à avaliação da qualidade dos serviços prestados em cada evento realizado, o que determinará o valor final da medição, conforme regras estabelecidas na Especificação Técnica. Os serviços estabelecidos neste evento referem-se aos itens de nº 33 e nº 34 da planilha de quantidades e preços.

- **Evento D – Serviços de “Vaso abastecido”:**

São serviços de abastecimento de materiais de higiene em vasos sanitários, cuja composição de custo unitário mensal consiste de fornecimento, armazenamento, transporte/logística e o abastecimento de papel higiênico por vaso no local, com fornecimento, instalação e a manutenção do “dispenser”, de forma a garantir que estes materiais estejam sempre disponíveis para utilização. Estes serviços são classificados em “Vaso abastecido” - sanitário público e “Vaso abastecido” - sanitário interno, realizados de forma contínua nas estações das Linhas 7-Rubi e 10-Turquesa da CPTM nos locais estabelecidos na Especificação Técnica ET CPTM BE6826-1.

O valor a ser pago mensalmente será obtido mediante a medição das quantidades mensais aplicadas referentes aos serviços prestados, limitadas as quantidades previstas na planilha de quantidades e preços do contrato, sobre os quais deverão ser aplicados os preços unitários estabelecidos para os itens executados, incidindo sobre os valores obtidos os percentuais correspondentes à avaliação da qualidade dos serviços prestados em cada

evento realizado, o que determinará o valor final da medição, conforme regras estabelecidas na Especificação Técnica ET CPTM BE6826-1.

Os serviços estabelecidos neste evento referem-se aos itens de nº 35.1 ao nº 35.2 da planilha de quantidades e preços.

Seu início depende de emissão da Ordem de Serviço específica e a mobilização dos postos de abastecimento poderá, a critério da CPTM, dar-se de forma escalonada, mediante cronograma a ser apresentado após assinatura do contrato. Para os postos de abastecimento não mobilizados, o fornecimento dos materiais ocorrerá pela CPTM, cabendo à contratada efetivar a logística de retirada em ponto central e o abastecimento de banheiros.

- **Evento E – Serviços de “Lavatório abastecido”:**

São serviços de abastecimento de materiais de higiene em lavatórios dos sanitários, cuja composição de custo unitário mensal consiste de fornecimento, armazenamento, transporte/logística e o abastecimento de papel toalha e sabonete líquido por lavatório (pia) no local, com fornecimento, instalação e a manutenção dos “*dispensers*” para papel toalha e de válvulas “*pump*” para as saboneteiras existentes, de forma a garantir que estes materiais estejam sempre disponíveis para utilização. São classificados em “Lavatório abastecido” - sanitário público e “Lavatório abastecido” - sanitário interno, realizados de forma contínua nas estações das Linhas 7-Rubi e 10-Turquesa da CPTM nos locais estabelecidos na Especificação Técnica ET CPTM BE6826-1.

O valor a ser pago mensalmente será obtido mediante a medição das quantidades mensais aplicadas referentes aos serviços prestados, limitadas as quantidades previstas na planilha de quantidades e preços do contrato, sobre os quais deverão ser aplicados os preços unitários estabelecidos para os itens executados, incidindo sobre os valores obtidos os percentuais correspondentes à avaliação da qualidade dos serviços prestados em cada evento realizado, o que determinará o valor final da medição, conforme regras estabelecidas na Especificação Técnica ET CPTM BE6826-1.

Os serviços estabelecidos neste evento referem-se aos itens de nº 36.1 ao nº 36.2 da planilha de quantidades e preços.

Seu início depende de emissão da Ordem de Serviço específica e a mobilização dos postos de abastecimento poderá, a critério da CPTM, dar-se de forma escalonada, mediante cronograma a ser apresentado após assinatura do contrato. Para os postos de

abastecimento não mobilizados, o fornecimento dos materiais ocorrerá pela CPTM, cabendo à contratada efetivar a logística de retirada em ponto central e o abastecimento de banheiros.

- **Evento F - Tratamento em piso de granito:**

É o serviço de tratamento de impermeabilização em piso de granito nos locais pré-determinados que consiste basicamente em:

- Desincrustação (aplicação de **desincrustante ácido**);
- Aplicação de **base seladora**;
- Impermeabilização do piso (aplicação de **impermeabilizante acrílico**);
- Manutenção da impermeabilização do piso (aplicação de **impermeabilizante acrílico** a cada 6 (seis) meses).

Os serviços deverão ser realizados mediante programação nos locais definidos na Especificação Técnica ET CPTM BE6826-1, sendo que a CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de aplicação, considerando o tempo mínimo de 6 (seis) meses entre a aplicação inicial e a primeira consecutivas reaplicação correspondente a manutenção e também entre as demais reaplicações de manutenção.

O valor será pago 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Serviço de cada aplicação. Os serviços estabelecidos neste evento referem-se aos itens de nº 40 e nº 41 da planilha de quantidades e preços.

- **Evento G – Serviços eventuais**

Os serviços descritos nesse evento não serão realizados de maneira contínua, mas sim de maneira eventual, somente mediante solicitação do gestor do contrato CPTM. São eles os serviços de Desinfestação e Capina.

Os serviços deverão ser realizados mediante programação em qualquer um dos locais que fazem parte do escopo desta contratação, conforme Especificação Técnica ET CPTM BE6826-1.

O valor a ser pago será obtido mediante informação dos serviços prestados e suas respectivas quantidades determinadas pelo gestor do contrato CPTM, aos quais deverão ser aplicados os preços unitários estabelecidos no contrato para os itens executados

(correspondente ao resultado obtido pelo produto entre o metro quadrado da área contratada e o preço unitário correspondente ao tipo de serviço previsto).

O valor será pago 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Serviço de cada serviço realizado. Os serviços estabelecidos neste evento referem-se aos itens de nº 37, nº 38 e nº 39 da planilha de quantidades e preços.

3.2. Cronograma físico das programações de atividades

CRONOGRAMA FÍSICO DAS PROGRAMAÇÕES DE ATIVIDADES																																
EVENTO	MESES																															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30		
A																																
B																																
C																																
D	A mobilização dos postos de abastecimento poderá, a critério da CPTM, dar-se de forma escalonada, mediante cronograma a ser apresentado após assinatura do contrato.																															
E	A mobilização dos postos de abastecimento poderá, a critério da CPTM, dar-se de forma escalonada, mediante cronograma a ser apresentado após assinatura do contrato.																															
F																																
G	Serviços eventuais por solicitação expressa do gestor do contrato CPTM.																															

4. NORMAS E LEGISLAÇÕES

Nesta contratação, na ausência de citação específica de normas técnicas, inclusive no que se refere aos fornecimentos de materiais e equipamentos de responsabilidade da Contratada, a mesma deverá seguir e atender as normas e regulamentações internas da CPTM e as últimas revisões das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e, nos casos onde as normas da ABNT não atenderem ou forem insuficientes, deverá ser suprida por outras normas internacionais equivalentes, com o prévio conhecimento e aprovação da CPTM, e inclusive, atender ao estabelecido nas legislações pertinentes a esse objeto de contratação.

4.1. Normas Técnicas

- NBR14725 – Produtos químicos – Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente – Parte 4: Ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ);
- NBR 14129 – Papel, cartão e pasta celulósica – Análise de composição fibrosa – Método Geral;
- NBR 15464-7 - Produtos de papel para fins sanitários - Parte 7: Toalha de papel folha simples interfolhada institucional – Classificação;
- NBR 15464-9 – Produtos de papel para fins sanitários – Parte 9: Papel higiênico institucional folha simples em rolo – Classificação;
- NBR 15134 – Papel e produto de papel para fins sanitários – Método de ensaio.

4.2. Normas Internas CPTM

- Norma Implementadora NI.01/011 – Cláusulas de Saúde e Segurança do Trabalho nas Contratações de Serviços e Obras;
- Norma de Serviço NS.DO/002 – Execução de Obras e Serviços ao Longo da Via Férrea.

4.3. Normas e Legislações Ambientais

- Resolução CONAMA n.º 020, de 07 de dezembro de 1994;
- Decreto Estadual nº 8468/1976, atualizado com redação dada pelo Decreto 54.487, de 26/06/2009 (Âmbito Estadual);
- Resolução CONAMA n.º 307/2002 (Âmbito Federal);
- Resolução CONAMA n.º 348, de 16 de agosto de 2004, que altera a Resolução CONAMA nº. 307/2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos;
- Resolução CONAMA n.º 401 de 5 de novembro de 2008;
- Resolução CONAMA n.º 416, de 30 de setembro de 2009.

4.4. Normas de Segurança do Trabalho

- NR 10 – Norma Regulamentadora 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR 15 - Norma Regulamentadora 15 - Atividades e Operações Insalubres;
- NR 17 – Norma Regulamentadora 17 – Ergonomia;
- NR 24 - Norma Regulamentadora 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos

Locais de Trabalho;

- NR 35 – Norma Regulamentadora 35 – Trabalho em Altura.

4.5. Demais legislações pertinentes

- Lei Federal n.º 6.360 de 23 de setembro de 1976;
- Resolução Normativa CNS n.º 01, de 04 de abril de 1979;
- Portaria n.º 9 MS/SNVS, de 10 de abril de 1987;
- Portarias DISAD - Divisão Nacional de Vigilância Sanitária n.º 8, de 10 de abril de 1987;
- Portarias DISAD - Divisão Nacional de Vigilância Sanitária n.º 13/MS/SNVS, de 20 de junho de 1988;
- Resolução ANVISA RE n.º 913, de 25 de junho de 2001;
- Resolução - RDC nº 184, de 22 de outubro de 2001;
- Resolução RDC n.º 46, de 20 de fevereiro de 2002;
- Resolução RDC n.º 252, de 16 de setembro de 2003;
- Resolução RDC n.º 142, de 17 de março de 2017;
- Decreto Estadual de São Paulo nº 48.138, de 07 de outubro de 2003;
- Resolução ANVISA nº 34 de 16/08/2010;
- Resolução RDC n.º 180, de 03 de outubro de 2006;
- Resolução RDC n.º 13, de 28 de fevereiro de 2007;
- Resolução RDC nº 59, de 22 de dezembro de 2010;
- Lei Municipal de São Paulo n.º 14.973, de 11 de setembro de 2009;
- Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, que regulamenta a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;
- Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990.

5. LICENÇAS

5.1. Licença junto ao Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde – CMVS.

Para a prestação de serviços de limpeza com base nas legislações federal, estadual e municipal, referentes à regulamentação e às exigências dos órgãos de vigilância sanitária, a Contratada deverá atender e apresentar cópias à CPTM de todos os documentos pertinentes quanto à aprovação e expedição da licença de funcionamento pelo órgão de

vigilância sanitária local, no caso do Município de São Paulo e dos demais municípios ao longo das Linhas da CPTM onde a Contratada prestará serviços, que comprove que a Contratada atende às exigências previstas nas legislações vigentes, principalmente em relação aos produtos de limpeza que serão aplicados.

6. ANEXOS (SOMENTE EM VIA ELETRÔNICA)

- A. Especificação Técnica CPTM BE6826-1;
- B. Modelo de Formulário de Ocorrências para Manutenção;
- C. Norma Implementadora NI.01/011 – Cláusulas de Saúde e Segurança do Trabalho nas Contratações de Serviços e Obras;
- D. Norma de Serviço NS.DO/002 – Execução de Obras e Serviços ao Longo da Via Férrea.

ANEXO II
CONTRATO Nº 013220306100
PROPOSTA DA CONTRATADA

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0132203061
PROPOSTA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL E LIMPEZA DE TRENS ENTRE VIAGENS (LEV) DE TRENS-UNIDADE, INCLUSO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, DIVIDIDOS EM TRÊS LOTES.

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do edital da licitação sob referência, temos a grata satisfação de apresentar nossa proposta para a prestação de serviços objeto desta Licitação.

1. SERVIÇOS

1.1 A presente proposta refere-se ao **LOTE 1** da **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL E LIMPEZA DE TRENS ENTRE VIAGENS (LEV) DE TRENS-UNIDADE, INCLUSO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, DIVIDIDOS EM TRÊS LOTES.**

1.2 Nela, estão observadas todas as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico nº 0132203061 e seus anexos.

2. PREÇOS

2.1 O preço total para os serviços objetos do **LOTE 1** do edital que propomos é de R\$ 51.869.967,71 (Cinquenta e um milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta e um centavos), data base **JANEIRO/2019**.

2.1.1 O valor mensal, lançado para fins de proposta no sistema BEC/PE e definido pelo preço total do lote dividido por 30 (trinta) meses, é de R\$ 1.728.998,92 (Um milhão, setecentos e vinte e oito mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos).

2.2 No preço indicado no subitem anterior estão incluídos, além da mão de obra, material, equipamentos, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras despesas de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços objeto da licitação, também o BDI.

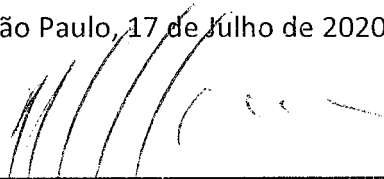
3. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VALIDADE DA PROPOSTA

- 3.1 O prazo de execução do objeto contratual é de **30 (trinta) meses**, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço – O.S., a ser emitida pela CPTM em até 15 (quinze) dias da data da assinatura do contrato, podendo ser renovado até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante a formalização de termo de aditamento.
- 3.2 O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua entrega.

4. DECLARAÇÕES

- 4.1 Declaramos ter pleno conhecimento da natureza dos serviços a serem prestados.
- 4.2 Declaramos nos submeter a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições da Lei Federal nº 10.520/02, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM e da Lei Federal nº 13.30/16, bem como da Legislação Estadual pertinente, que regerão o contrato decorrente desta licitação.
- 4.3 Declaramos nosso compromisso de respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta e Integridade e o Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM que se encontram disponíveis no site da companhia no endereço eletrônico.
<http://www.cptm.sp.gov.br/Governanca/Paginas/Principios-de-Conduta-e-Integridade.aspx>

São Paulo, 17 de Julho de 2020.



Wilson Vitorino de Souza
Representante Legal / Procurador
CPF 084.637.108-16
RG 17.129.582-1

ANEXO III
CONTRATO Nº 013220306100
PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS

ANEXO IV

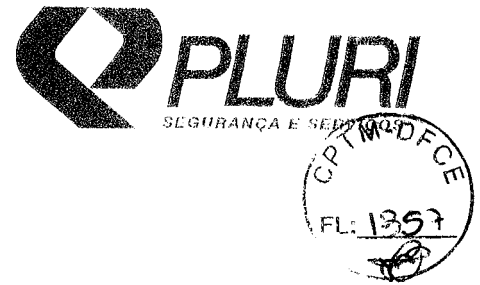
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0132203061

PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL E LIMPEZA DE TRENS ENTRE VIAGENS (LEV) DE TRENS-UNIDADE, INCLUSO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS

LOTE 01 - LINHAS 7 (RUBI) E 10 (TURQUESA)

ITEM	Código CAD/TERC	Descrição dos serviços conforme ET-CPTM BE6826-1	Turno	Quantidade Mensal	Unidade	Preço Unit. (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor para 30 meses (R\$)
1	213047	Acessos Externos	3	20.788,62	m²	R\$ 4,15	R\$ 86.272,77	R\$ 2.588.183,10
2	213004	Acessos Externos (diurno)	1	18.111,20	m²	R\$ 2,09	R\$ 37.852,40	R\$ 1.135.572,00
3	213098	Acessos Internos	3	11.640,93	m²	R\$ 7,53	R\$ 87.656,20	R\$ 2.629.686,00
4	213063	Acessos Internos (2 diurnos)	2	7.187,73	m²	R\$ 5,45	R\$ 39.173,12	R\$ 1.175.193,60
5	213055	Acessos Internos (diurno)	1	574,16	m²	R\$ 2,73	R\$ 1.567,45	R\$ 47.023,50
6	213144	Escadas Fixas	3	2.664,85	m²	R\$ 8,00	R\$ 21.318,80	R\$ 639.564,00
7	213110	Escadas Fixas (2 diurnos)	2	1.751,83	m²	R\$ 5,45	R\$ 9.547,47	R\$ 286.424,10
8	213101	Escadas Fixas (diurno)	1	713,25	m²	R\$ 2,69	R\$ 1.918,64	R\$ 57.559,20
9	213195	Escadas Rolantes + Elevadores	3	1.320,15	m²	R\$ 8,74	R\$ 11.538,11	R\$ 346.143,30
10	213241	Mezanino	3	4.022,16	m²	R\$ 8,74	R\$ 35.153,67	R\$ 1.054.610,10
11	213217	Mezanino (2 diurnos)	2	1.431,15	m²	R\$ 5,45	R\$ 7.799,76	R\$ 233.992,80
12	213209	Mezanino (diurno)	1	288,90	m²	R\$ 2,71	R\$ 782,91	R\$ 23.487,30
13	213292	Plataforma	3	51.556,74	m²	R\$ 5,19	R\$ 267.579,48	R\$ 8.027.384,40
14	213268	Plataforma (2 diurnos)	2	23.099,02	m²	R\$ 5,10	R\$ 117.805,00	R\$ 3.534.150,00
15	213250	Plataforma (diurno)	1	1.565,12	m²	R\$ 2,73	R\$ 4.272,77	R\$ 128.183,10
16	213349	Salas Operacionais	3	838,05	m²	R\$ 8,74	R\$ 7.324,55	R\$ 219.736,50
17	213314	Salas Operacionais (2 diurnos)	2	4.079,89	m²	R\$ 5,45	R\$ 22.235,40	R\$ 667.062,00
18	213306	Salas Operacionais (diurno)	1	903,77	m²	R\$ 2,73	R\$ 2.467,29	R\$ 74.018,70
19	213357	Áreas Administrativas anexadas às estações (diurno)*	1	2.357,73	m²	R\$ 1,95	R\$ 4.597,57	R\$ 137.927,10
20	213403	Salas Técnicas (diurno)**	1	2.675,06	m²	R\$ 0,09	R\$ 240,75	R\$ 7.222,50
21	213462	Via Permanente (diurno/noturno)	2	5.490,60	m²	R\$ 1,73	R\$ 9.498,73	R\$ 284.961,90
22	213454	Via Permanente (noturno)	1	91.251,15	m²	R\$ 0,95	R\$ 86.688,59	R\$ 2.600.657,70
23	213489	Áreas Verdes / Coleta de Detritos (diurno)	1	156.538,75	m²	R\$ 0,03	R\$ 4.696,16	R\$ 140.884,80
24	213594	Sanitário Coletivo	3	438,12	m²	R\$ 12,81	R\$ 5.612,31	R\$ 168.369,30
25	213560	Sanitário Coletivo (2 diurnos)	2	771,48	m²	R\$ 8,01	R\$ 6.179,55	R\$ 185.386,50
26	213551	Sanitário Coletivo (diurno)	1	95,65	m²	R\$ 4,00	R\$ 382,60	R\$ 11.478,00
27	213616	Sanitário Público - m² (2 diurnos)	2	26,68	m²	R\$ 9,87	R\$ 263,33	R\$ 7.899,90
28	213535	Vidros Externos (Com Exp. Sit. De Risco) (diurno) ***	1	2.712,86	m²	R\$ 1,50	R\$ 4.069,29	R\$ 122.078,70
29	213543	Vidros Externos (Sem Exp. Sit. De Risco) (diurno) ***	1	2.337,59	m²	R\$ 1,01	R\$ 2.360,96	R\$ 70.828,80
30	213748	Sanitário Público	3	24	posto.mês	R\$ 16.586,00	R\$ 398.064,00	R\$ 11.941.920,00
31	213713	Sanitário Público (2 diurnos)	2	22	posto.mês	R\$ 10.471,05	R\$ 230.363,10	R\$ 6.910.893,00
32	213705	Sanitário Público (diurno)	1	8	posto.mês	R\$ 4.569,00	R\$ 36.552,00	R\$ 1.096.560,00
33	213764	LEV - Limpeza Entre Viagens ****	Diurno	42	posto.mês	R\$ 2.345,00	R\$ 98.490,00	R\$ 2.954.700,00
34	213772	LEV - Limpeza Entre Viagens ****	Noturno	30	posto.mês	R\$ 1.732,80	R\$ 51.984,00	R\$ 1.559.520,00
Valor Subtotal							R\$ 1.702.308,73	R\$ 51.069.261,90



ITEM	Descrição dos serviços acessórios conforme ET CPTM BE6826-1	Turno	Quantidade	Unidade	Preço Unit. (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor para 30 meses (R\$)
35	Prestação de serviço "Vaso Abastecido" (fornecimento, armazenamento, transporte e abastecimento de papel higiênico)						
35.1	Serviço Box com "vaso abastecido" em sanitários públicos	3	171	unidade/mês	R\$ 10,28	R\$ 1.757,88	R\$ 52.736,40
35.2	Serviço Box com "vaso abastecido" em sanitários internos	3	198	unidade/mês	R\$ 10,28	R\$ 2.035,44	R\$ 61.063,20
36	Prestação de serviço "Lavatório Abastecido" (fornecimento, armazenamento, transporte e abastecimento de papel toalha e sabonete líquido)						
36.1	Serviço "Lavatório abastecido" em sanitários públicos	3	133	unidade/mês	R\$ 52,30	R\$ 6.955,90	R\$ 208.677,00
36.2	Serviço "Lavatório abastecido" em sanitários internos	3	182	unidade/mês	R\$ 52,30	R\$ 9.518,60	R\$ 285.558,00
Valor Subtotal - Itens de abastecimento de sanitários					R\$ 20.267,82	R\$ 608.034,60	

ITEM	Descrição dos serviços acessórios conforme ET CPTM BE6826-1	Frequência	Quantidade	Unidade	Preço Unit. (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor para 30 meses (R\$)
37	Desinsetização	Sob demanda	247.309,64	m²	R\$ 0,06		R\$ 14.838,57
38	Desratização	Sob demanda	247.309,64	m²	R\$ 0,03		R\$ 7.419,28
39	Capina	Sob demanda	155.528,75	m²	R\$ 0,03		R\$ 4.665,86
Valor Subtotal Controle de pragas							R\$ 26.923,71
40	Tratamento em piso de granito - Inicial	Única	19.615,09	m²	R\$ 2,20		R\$ 43.153,19
41	Tratamento em piso de granito - Manutenção	Semestral	98.075,45	m²	R\$ 1,25		R\$ 122.594,31
Valor Subtotal - Tratamento de Piso							R\$ 165.747,50

Valor Subtotal - Controle de pragas e Tratamento de Piso							R\$ 192.671,21
Valor Subtotal - Serviços acessórios							R\$ 800.705,81

VALOR TOTAL							R\$ 51.869.967,71
-------------	--	--	--	--	--	--	-------------------

(Base: Jan/2019)

* Segunda a Sexta
** Limpeza Mensal
*** Face Interna: Frequência Quinzenal + Face Externa: frequência Mensal
**** 8h30 às 16h30
***** 20h às 24h

São Paulo, 17 de Julho de 2020.

Wilson Vitorino de Souza
RG: 17.129.582-1 CPF: 084.637.108-16
Representante Legal / Procurador

ANEXO IV

CONTRATO Nº 013220306100

**RELAÇÃO/LISTA DE EMPREGADOS PARA ATENDIMENTO AO DECRETO
ESTADUAL Nº 55.126/2009**

ANEXO IV**CONTRATO Nº 013220306100****Relação/Lista de Empregados para atendimento ao Decreto Estadual nº 55.126/2009**

(Modelo a ser redigido em papel timbrando da CONTRATADA)

À CPTM

.....(nome),..... (estado civil), C.P.F. nº, com domicílio (profissional) em, representante legal da empresa....., C.N.P.J. nº, (cf. procuração anexa), vem, respeitosamente, informar que para a execução do objeto referente ao contrato nº **013220306100**, serão necessários(número de trabalhadores por extenso) trabalhadores em regime de dedicação exclusiva.

Assim, para que se dê cumprimento ao Programa de Inserção de Egressos do Sistema Penitenciário no Mercado de Trabalho - PRÓ-EGRESSO, conforme o Decreto nº 55.126, de 07 de dezembro de 2.009, serão alocados(número de trabalhadores por extenso) trabalhadores, conforme tabela abaixo:

EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO PAULISTA

Nome	R.G.	C.P.F.
.....
.....
.....

EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO

Nome	R.G.	C.P.F.
.....
.....
.....

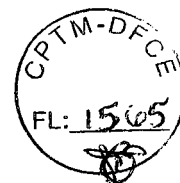
Município (sede da CONTRATADA), ____ de _____ de _____.

Assinatura/identificação do nome
RG e cargo do representante legal da Licitante

ANEXO V

CONTRATO Nº 013220306100

CÓPIA DA DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

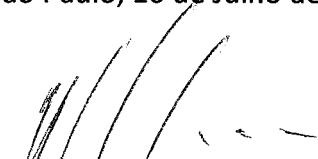
ANEXO XIII**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0132203061****DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE**

Pelo presente, eu Wilson Vitorino de Souza, representante da empresa Pluri Serviços Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob n.º 49.953.581/0001-75, na qualidade de Fornecedor ou parceiro Comercial da CPTM, neste ato declaro estar ciente dos termos do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, comprometendo-me a adotar as práticas indicadas neles para a realização das atividades minhas e da Empresa, bem como manter a confidencialidade das atividades relativas a CPTM, mesmo depois do término da relação contratual entre a CPTM e a Empresa.

Além disso, com relação as questões de corrupção, declaro que eu e a Empresa estamos de acordo com as diretrizes apresentadas nestes Códigos, acessados através do endereço eletrônico <http://cptm.sp.gov.br/Governanca/Paginas/Codigo-deConduta-Integridade-dos-Fornecedores.aspx>, e entendo que estou proibido de oferecer, prometer, pagar, autorizar ou receber quaisquer pagamentos indevidos, bem como realizar fraudes de qualquer natureza.

Declaro ainda que a Empresa cumpre as Leis Aplicáveis de combate à Corrupção e que disseminamos e esperamos a mesma conduta de nossos funcionários, fornecedores, parceiros comerciais, funcionários terceirizados e representantes.

São Paulo, 16 de Julho de 2020.


Wilson Vitorino de Souza
Procurador
CPF 084.637.108-16
RG 17.129.582-1**49.953.581/0001-75****PLURI SERVIÇOS LTDA**Rua Frei Gaspar, 414
Mooca - CEP 03164-100
São Paulo - SP

ANEXO VI
CONTRATO Nº 013220306100
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

ANEXO VI**CONTRATO Nº 013220306100****TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO****CONTRATANTE: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM****CONTRATADA: PLURI SERVIÇOS LTDA****CONTRATO Nº: 013220306100 – LOTE 01****OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL E LIMPEZA DE TRENS ENTRE VIAGENS (LEV) DE TRENS-UNIDADE, INCLUSO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, NAS LINHAS 7 - RUBI E 10 - TURQUESA DA CPTM.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil; e
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação; e
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, 01 de outubro de 2020.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Pedro Tegon Moro

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58 RG: 21.448.592-4

Data de Nascimento: N/I

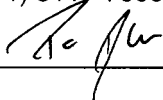
Endereço residencial completo: N/I

E-mail institucional: pedro.moro@cptm.sp.gov.br

E-mail pessoal: N/I

Telefone(s): (11) 3117-7009

Assinatura: _____



Responsáveis que assinaram o ajuste:**Pelo CONTRATANTE:**

Nome: Felissa Sousa Alarcon
Cargo: Diretora Administrativa e Financeira
CPF: 010.685.271-02 RG: 2.708.545 SSP-DF
Data de Nascimento: N/I
Endereço residencial completo: N/I
E-mail institucional: felissa@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
Telefone(s): (11) 3117-7022

Assinatura: _____

Nome: Luiz Eduardo Argenton
Cargo: Diretor de Operação e Manutenção
CPF: 056.324.968-48 RG: 16.550.211-3
Data de Nascimento: N/I
Endereço residencial completo: N/I
E-mail institucional: argenton@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
Telefone(s): (11) 3117-7040

Assinatura: _____

Nome: Joanito Jerônimo Ferreira
Cargo: Gerente de Estações e Serviços
CPF: 661.481.978-04 RG: 7.702.619-6
Data de Nascimento: N/I
Endereço residencial completo: N/I
E-mail institucional: joanito.ferreira@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
Telefone(s): (11) 2662-6420

Assinatura: _____

Nome: Vagner Rodrigues
Cargo: Gerente Geral de Operação
CPF: 094.368.788-85 RG: 16.120.622
Data de Nascimento: N/I
Endereço residencial completo: N/I
E-mail institucional: vagner@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
Telefone(s): (11) 2662-6536

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: Wilson Vitorino de Souza
Cargo: Procurador
CPF: 084.637.108-16 RG: 17.129.582-1
Data de Nascimento: N/I
Endereço residencial completo: N/I
E-mail institucional: wilson@pluriservicos.com.br
E-mail pessoal: N/I
Telefone(s): (11) 2799-8888 Ramal: 251

Assinatura: _____